



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**EXTENSÃO RURAL EM TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DE SÃO PAULO:
AGROFLORESTA E TURISMO EM ALDEIAS GUARANI**

TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS

**Araras
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**EXTENSÃO RURAL EM TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DE SÃO PAULO:
AGROFLORESTA E TURISMO EM ALDEIAS GUARANI**

TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS

ORIENTADOR: DR. LUIZ ANTONIO CABELLO NORDER
CO-ORIENTADOR: DR. ABELARDO GONÇALVEZ PINTO
CO-ORIENTADOR: DR. NELSON RUSSO DE MORAES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras
2019

Ribeiro dos Santos, Tatiane

EXTENSÃO RURAL EM TERRA INDÍGENA NO ESTADO
DE SÃO PAULO: AGROFLORESTA E TURISMO EM ALDEIAS
GUARANI / Tatiane Ribeiro dos Santos. -- 2019.

119 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de São
Carlos, campus Araras, Araras

Orientador: Dr. Luiz Antonio Cabello Norder

Banca examinadora: Dra. Adriana Cavalieri Sais, Dra.
Niminon Suzel Pinheiro

Bibliografia

1. Terras indígenas. 2. Sistemas agrofloretais. 3. Turismo. I.
Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria
Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Maria Helena Sachi do Amaral – CRN/8 7083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Tatiane Ribeiro dos Santos, realizada em 20/08/2019:

Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder
UFSCar

Profa. Dra. Adriana Cavaliere Sais
UFSCar

Profa. Dra. Niminon Suzel Pinheiro
UNIRP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Niminon Suzel Pinheiro e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Nhanderu que nos inspira, nos conduz e nos fortalece internamente para colocar em prática ações que dinamizam esse mundo e ajudam a refletir sobre o rumo para qual estamos indo.

Em segundo à minha família que me incentivou, amparou e ajudou a concluir essa pesquisa. Em especial ao meu irmão Fernando Ribeiro dos Santos, que além de ser o primeiro a me indicar o mestrado como caminho, foi também o último que ajudou a terminá-lo ao aportar ajustes com seu conhecimento acadêmico.

Agradeço as comunidades indígenas da aldeia Boa Vista e Itaoca Tupi que tiveram a paciência em me receber e conversar comigo em meio a seus afazeres cotidianos, me permitindo conhecer um pouco mais da cultura Guarani M`Bya e Guarani Nhadeva e a trazer os dados necessários para compor essa pesquisa.

Agradeço aos profissionais da CATI e Funai que me receberam em seus escritórios, suas casas disponibilizando tempo, atenção e informações para atingir os objetivos propostos nesse trabalho.

Agradeço com grande respeito ao meu orientador professor Dr. Luiz Cabello Norder por apostar comigo nessa jornada acadêmica de mestrado em uma pesquisa de extensão rural em terras indígenas me indicando que essa é, em especial, uma grande fase de aprendizado.

Agradeço imensamente ao meu co-orientador Dr. Abelardo Pinto que me guiou nessa investigação me trazendo pontos, indicando caminhos, perspectivas e elementos sobre esse trabalho tão significativo para as populações rurais realizado no âmbito público do Estado onde nasci, São Paulo.

Agradeço com muita gratidão ao meu co-orientador professor Dr. Nelson Russo de Moraes que enriqueceu meu processo de pesquisa e o meu trabalho com suas indicações de educador dedicado e interessado nas dinâmicas das políticas públicas e das comunidades tradicionais.

Agradeço a todos os meus amigos, colegas, conhecidos, vizinhos que entenderam que essa fase da minha vida não foi fácil nem tampouco sociável e, além de terem empatia pelos meus processos, ajudaram em pequenos e

importantes gestos durante esse período. Vocês todos foram essenciais para a conclusão desse mestrado.

Agradeço aos meus professores do programa que contribuíram imensamente com minha bagagem, em especial à professora Dra. Sônia Bergamasco que me fez apaixonar ainda mais pela extensão rural e pelas políticas públicas. E também aos colegas de classe que dividiram comigo suas experiências e realizações ao longo da pós-graduação enriquecendo minha percepção de mundo.

Agradeço aos meus companheiros de trabalho que entenderam o meu cansaço e respeitaram minhas condições e dedicação para a realização dessa pesquisa.

Agradeço em especial aos povos indígenas do Brasil que por meio da sua história e do contato direto que tenho com sua realidade me ensinam todos os dias o verdadeiro significado das palavras resiliência e resistência, tão necessárias para concluir esse estudo e para atuar nesse contexto político complexo que está posto atualmente.

Antes de me tornar uma mestra no contexto do mundo acadêmico, me tornei um pouco mais mestra de mim mesmo e por isso agradeço a todos os que acreditaram e até mesmo os que não acreditaram no valor dessa conquista.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

(Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano in ‘Las palabras andantes?’).

“... e a cada passo a gente transforma a realidade.”

(Paul Singer).

“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.”

(Guimarães Rosa, em “Grande Sertões Veredas”).

RESUMO

Em relação as iniciativas de etnodesenvolvimento junto às comunidades tradicionais, as populações indígenas ocupam um espaço reconhecido dentro das políticas públicas. No âmbito da agricultura familiar, no qual os indígenas são beneficiários por lei, desenvolve-se no Estado de São Paulo um conjunto de ações de extensão rural a partir do Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS): Microbacias II, Acesso ao Mercado que contempla a "Estratégia de Participação das Populações Indígenas". Neste contexto, o objetivo da pesquisa foi avaliar as concepções, formas de implantação, as percepções e impactos sociais, culturais e ambientais das atividades deste programa na Aldeia Boa Vista e na Aldeia Itaoca Tupi, onde foram implantados sistemas agroflorestais e de turismo rural, respectivamente. As orientações metodológicas envolveram levantamento bibliográfico e documental e estudo de caso. Notou-se que as mudanças de governo interferem diretamente nas ações de extensão rural pública impactando principalmente a agricultura familiar. As comunidades indígenas estão ainda em maior desvantagem por não terem a maioria das suas terras demarcadas. No entanto, a agroecologia bem como a educação e a formação de redes sociotécnicas têm se mostrado como instrumentos positivos para vencer os desafios relacionados à interculturalidade enfrentados em campo pelos extensionistas. Os entraves burocráticos foram as maiores dificuldades para implementação do Programa. No entanto, a avaliação final é positiva: houve avanços nos serviços de ATER prestados às comunidades indígenas do Estado de São Paulo e as iniciativas criaram referências que podem pautar a criação e/ou aprimoramento de políticas voltadas para o fortalecimento e emancipação dos indígenas no ambiente rural.

Palavras-chave: Terras Indígenas; Sistemas Agroflorestais; Turismo.

ABSTRACT

Regarding ethnodevelopment initiatives with traditional communities, indigenous peoples occupy a recognized space within public policies. In the context of family farming, in which indigenous people are beneficiaries by law, a set of rural extension actions is developed in the State of São Paulo based on the State Program for Sustainable Rural Development (PDRS): Microbasins II, Market Access, which contemplates the "Strategy of Participation of Indigenous Populations." In this context, the objective of the research was to evaluate the conceptions, ways of implementation, the perceptions and social, cultural and environmental impacts of the activities of this program in Aldeia Boa Vista and Aldeia Itioca Tupi, where agroforestry and rural tourism systems were implemented, respectively. The methodological orientations involved bibliographic and documentary survey and case study. It was noted that the changes of government directly affect the actions of public rural extension mainly impacting family farming. Indigenous peoples are even more disadvantaged because they do not have However, agroecology as well as the education and formation of socio-technical networks have proved to be positive instruments to overcome the challenges related to interculturalism faced by extensionists in the field. Bureaucratic obstacles were the biggest difficulties for the implementation of the Program. However, the final assessment is positive: there have been advances in ATER services provided to indigenous communities in the state of São Paulo and the initiatives have created references that can guide the creation and / or improvement of policies aimed at strengthening and emancipating indigenous people in the environment rural.

Keywords: Indigenous Lands; Agroforestry Systems; Tourism.

ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1. Plano de educação continuada – Aldeia Boa Vista, Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim Ubatuba (SP)	54
--	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Fluxo de pesquisa	23
Figura 2. Linha do tempo dos governos e as políticas públicas rurais no Brasil	26
Figura 3. Número de comunidades tradicionais do Estado de São Paulo que acessaram o PDRS – Microbacias II	36
Figura 4. Número de projetos implantados em comunidades tradicionais do Estado de São Paulo com recursos do PDRS – Microbacias II	36
Figura 5. Total de recursos acessados por comunidade tradicionais do Estado de São Paulo por meio do PRDS – Microbacias II	40
Figura 6. Localização geográfica da Aldeia Boa Vista localizada no município de Ubatuba (SP) com Latitude Sul 23o21’ e Longitude Oeste 45o00’	47
Figura 7. Vista da Aldeia Boa Vista, na Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, Ubatuba (SP)	48
Figura 8. Escola Estadual da Aldeia Boa Vista, localizada na Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, Ubatuba (SP)	48
Figura 9. Linha de tempo da implantação do PDRS – Microbacias II na Aldeia Boa Vista, Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, Ubatuba (SP)	49
Figura 10. Quadro resumo do Projeto Comunitário da Aldeia Boa Vista, Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, Ubatuba (SP), para participação do PDRS – Microbacias II	55
Figura 11. Contribuição dos povos indígenas à diversidade bio-cultural mundial	68
Figura 12. Localização geográfica da Aldeia Itaoca Tupi, localizada no município de Monguaguá (SP)	72
Figura 13. Centro de recepção turística da Aldeia Itaoca Tupi, Terra Indígena Itaoca Tupi, Mongaguá (SP)	73

Figura 14. Casa de família indígena da Aldeia Itaoca Tupi, Terra Indígena Itaoca Tupi, Mongaguá (SP)	74
Figura 15. Linha de tempo da implantação do PDRS – Microbacias II na Aldeia Itaoca Tupi, Terra Indígena Itaóca Tupi, Mongaguá (SP)	75
Figura 16. Relação das atividades realizadas com os indígenas da etnia Tupi para a elaboração do Plano de Etnodesenvolvimento	75
Figura 17. Quadro resumo do Projeto Comunitário da Aldeia Itaoca Tupi, Mongaguá (SP), para participação do PDRS – Microbacias II	80
Figura 18. Quadro resumo das metas do Projeto Comunitário da Aldeia Itaoca Tupi, Mongaguá (SP), para participação do PDRS – Microbacias II	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AB	Agricultura biológica
ABCAR	Associação Brasileira de Crédito de Assistência Rural
ABD	Agricultura biodinâmica
ACAR	Associações de Crédito de Assistência Rural
AE	Agricultura ecológica
AEGRE	Associação Especial de Gênero Raça e Etnia
AN	Agricultura natural
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
AO	Agricultura orgânica
AS	Agricultura sustentável
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CBRN	Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais
CDRS	Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
CEPISP	Conselho Estadual dos Povos Indígenas
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Agricultura Familiar
CTL	Coordenação Técnica Local
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EIA	Encontro Internacional de Agroecologia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
Funai	Fundação Nacional do Índio
ICA	Instituto de Cooperativismo e Associativismo
IIBA	Imperial Instituto Bahiano de Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
PA	Permacultura
PDRS	Programa Estadual de Desenvolvimento Rural

PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SCIELO	<i>Scientific Eletronic Library Online</i>
SICON	Sistemas de Informações do Congresso Nacional
SMA	Secretaria do Meio Ambiente
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais
TRC	Turismo Rural Comunitário
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. Descrição do Tema	17
1.2. Justificativa	19
1.3. Objetivos da Pesquisa	21
1.3.1. Objetivos gerais	21
1.3.2. Objetivos específicos	21
1.4. Estrutura, materiais e método	22
2. EXTENSÃO RURAL EM TERRAS INDÍGENAS.....	26
2.1. Extensão Rural no Brasil	26
2.2. Assistência Técnica e Extensão Rural em Terras Indígenas.....	32
2.3. Extensão Rural em Terras Indígenas no Estado de São Paulo	35
2.4. Considerações Finais	41
3. PROJETO DE SEGURANÇA ALIMENTAR COM SAF EM COMUNIDADE GUARANI, ALDEIA BOA VISTA, UBATUBA (SP)	43
3.1. Conceitos de Agrofloresta e Experiências em Terras Indígenas	43
3.2. Caracterização Geográfica	46
3.3. Construção do “Projeto Comunitário de Segurança Alimentar e Geração de Renda” por meio de SAFs	49
3.4. Implementação do Projeto	58
3.5. Resultados, Percepções e Recomendações	60
3.6. Considerações Finais	63
4. PROJETO DE FORTALECIMENTO CULTURAL COM TURISMO EM COMUNIDADE GUARANI, ALDEIA ITAOCA TUPI, MONGAGUÁ (SP)	67
4.1. Turismo em Terras Indígenas	67

4.2. Caracterização Geográfica	71
4.3. Construção do “Projeto Fortalecimento Cultural e Geração de Renda” por meio do turismo	75
4.4. Implantação do Projeto e Rede Sociotécnica	83
4.5. Resultados, Percepções e Recomendações	84
4.6. Considerações Finais	88
5. CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
APÊNDICE	105
Apêndice A. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	105
ANEXO	110
Anexo A. Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos	110

1. INTRODUÇÃO

1.1. Descrição do Tema

A Extensão Rural e a Assistência Técnica (ATER) são serviços integrados ao processo de desenvolvimento rural adotado pelo Brasil. O estudo da legislação brasileira realizado por Peixoto (2008) mostra que o texto da Constituição Federal de 1988 já citava esses serviços como obrigação do Estado. No entanto, o país enfrenta historicamente diversos desafios, como o da heterogeneidade da agricultura brasileira, em especial a da agricultura familiar, na realização desses serviços. O fato de que o cenário rural brasileiro não é formado socialmente somente por agricultores, mas também por povos e comunidades tradicionais, aumenta ainda mais a complexidade desses desafios.

Nesse contexto, a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), que dispõe sobre a agricultura familiar, reconhece indígenas e quilombolas como integrantes dessa categoria. As populações indígenas são beneficiárias das políticas públicas, sobretudo a partir de 2007, com o decreto federal nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) (BRASIL, 2007).

A ATER é considerada uma ação importante para a promoção dos direitos dos povos indígenas. O artigo 26 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 2007, dispõe que os indígenas têm “o direito de possuir, utilizar e controlar as terras, territórios e recursos que possuem em razão da propriedade tradicional ou de outra forma tradicional de ocupação ou utilização, assim como aquelas que tenham adquirido de outra forma” (ARAÚJO; VERDUM, 2010, p. 10).

No Estado de São Paulo as ações para atender a essas populações foram incorporadas ao Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS): Microbacias II - Acesso ao Mercado, por meio da “Estratégia de Participação das Populações Indígenas” (SÃO PAULO, 2011a). As atividades passaram a ser realizadas no âmbito de um acordo de cooperação técnica com o Banco Mundial, que financia o planejamento realizado e implantado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão da Secretaria de Agricultura e

Abastecimento do Estado de São Paulo, em terras indígenas já demarcadas. (SÃO PAULO, 2011a)

O acordo de empréstimo com o Banco Mundial foi de US\$ 78 milhões, com contrapartida de US\$ 52 milhões do Tesouro Estadual, sendo o valor total do programa de US\$ 130 milhões. O encerramento do PDRS - Microbacias II estava previsto para 2015, mas foi prorrogado por mais três anos para que as organizações rurais que acessaram o recurso pudessem finalizar as aquisições e terminar as ações planejadas. De 2008 a 2018, 35 comunidades tradicionais de diferentes regiões do Estado paulista acessaram o PDRS - Microbacias II. Dentre estas, 26 comunidades são quilombolas e nove são indígenas (LAGE, 2018; MORAES, 2018).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a população indígena no Estado de São Paulo era de 41.794 indígenas, ou seja, correspondia a 0,01% da população total do Estado. A grande maioria não vivia em terras indígenas, cerca de 90%. Segundo as informações da Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPISP (2018) há 30 Terras Indígenas (TIs) e dessas somente 13 estão regularizadas, ou seja, cerca de 43%. Já no contexto nacional existem 688 TIs em diferentes fases do processo de demarcação, conforme o Portal do Ministério da Saúde (BRASIL, 2019a). Entre essas, 60,4 % estão regularizadas ocupando 12,6% do território brasileiro.

Das 30 TIs existentes no Estado paulista, fora as 13 já homologadas, 17 estão em processo de demarcação. Outras 16 aguardam o início desse procedimento. Por estarem localizados na região mais populosa e de maior desenvolvimento do país, esses indígenas sofrem impactos diretos da urbanização. O fato de habitarem a região sudeste do Brasil, os disassocia da imagem selvagem e de habitantes de terras remotas que muitos ainda mantêm sobre os indígenas. Nesse contexto, a segurança alimentar é um dos pontos mais preocupantes em relação a essa população devido ao fato de terem sua capacidade de reprodução física e cultural restritas. Em comparação a população não indígena paulista, a insegurança alimentar desses povos é dez vezes maior (CPISP, 2018).

Os 4.694 indígenas que habitam as TIs homologadas no Estado de São Paulo, fazem parte, principalmente, de cinco etnias, a saber: Mby'a, Tupi Guarani, Kaingang, Krenak e Terena, como indica a CPISP (2018). Entre esses, os Guarani

são divididos em três ramos, M'Bya, os Nhandeva e os Kaiowa, sendo os dois primeiros os que ocupam a maior parte das áreas. Estima-se que no Brasil há 34 mil indígenas Guarani, desses cerca de 10 mil é Nhadeva e 6 mil M`bya. Em São Paulo o total é de 3500. Esses dados são considerados precários devido as características da sua cultura, em especial a mobilidade, sendo a demarcação de suas terras no litoral paulista recente, com avanços a partir dos anos 80 (COSTA, 2011).

Os Guarani estão entre os povos que acessaram o PDRS - Microbacias II. No litoral paulista duas aldeias desenvolveram diferentes projetos com os recursos do programa: a Aldeia Boa Vista (município de Ubatuba), onde o Projeto Comunitário de Segurança Alimentar e Geração de Renda foi desenvolvido por meio da implantação sistemas agroflorestais e outras ações, e a Aldeia Itaoca Tupi (município de Mongaguá, SP), onde foi implantado o Projeto Comunitário de Geração de Renda e Fortalecimento Cultural por meio de atividades relacionadas ao turismo.

Na avaliação social das condições de vida das populações indígenas em São Paulo que consta na "Estratégia de Participação das Populações Indígenas" foi apontado que a pobreza e insegurança alimentar intensificam-se nas comunidades indígenas como um todo (COSTA, 2011). O documento também apresenta um compromisso de que o PDRS - Microbacias II, por meio das suas ações, contribuiria de forma significativa para as soluções das principais dificuldades sociais, econômicas e ambientais vividas por essas comunidades. Neste contexto, sendo os povos indígenas assegurados como beneficiários das políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, o problema de pesquisa que norteia esse trabalho é: como ocorreu a implementação do PDRS - Microbacias II, programa paulista que inclui ações de extensão rural, nas aldeias Boa Vista (Ubatuba/SP) e Itaoca Tupi (Mongaguá/SP)?

1.2. Justificativa

Nasci na cidade de Bastos, interior do Estado de São Paulo, e passei alguns anos escolares visitando o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuire, localizado na cidade de Tupã, vizinha da minha cidade natal. Fundada em uma região anteriormente ocupada pelos indígenas Kaignag, a cidade de Tupã carrega várias influências dos povos originários dessas terras e influenciou o meu imaginário sobre

a existência deles. Já graduada em Comunicação, pela Universidade Anhembi Morumbi, comecei a atuar na área de jornalismo na cidade de São Paulo onde tive o prazer de ser repórter da editoria de empreendedorismo social do jornal *Folha de São Paulo*. Ao escrever sobre iniciativas relacionadas à luta social e ambiental, me aproximei mais da causa indígena e passei a participar de forma pessoal de encontros e discussões relacionados a essa temática e também a conhecer mais sobre a agroecologia.

Depois de quase dez anos atuando na área jornalística, decidi me aprofundar no estudo sobre esses temas para atuar com mais propriedade em prol das causas socioambientais. Encontrei no mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural o caminho e na pesquisa sobre como se dá a extensão rural indígena, que está intrinsecamente ligada ao processo de comunicação, a comunhão desses temas que se entrelaçam no contexto rural brasileiro. Cenário esse onde está posto um espaço de disputa de modelos diferentes, um relacionado ao agronegócio e outro voltado para a agricultura familiar, reforma agrária e comunidades tradicionais. Fica nessa pesquisa a minha contribuição para a construção de alternativas para o campo brasileiro que sejam pautadas também em valores socioambientais, como o respeito à diferença e valorização da natureza.

Ao longo dos séculos, desde 1500, os povos indígenas se vêem em confronto com os não-indígenas que não enxergam “no diferente um igual”. A diversidade da sua história bem como a forma como o Estado brasileiro agiu e age sobre eles permanece ignorada pela maior parte da população. Neste sentido, apresentar dados e histórias sobre essa realidade fortalece a luta por reconhecimento, real emancipação e autodeterminação desses povos (MILANEZ, 2015).

O IBGE (2010) aponta que o Brasil possui 896.917 mil indígenas, espalhados em 305 etnias. Sendo a extensão rural um meio de relacionamento do Estado com as populações indígenas, as experiências abordadas nas pesquisas dentro desse âmbito trazem elementos que podem ser considerados no aprimoramento de estratégias voltadas à esses povos.

O Brasil como quinto país em extensão territorial do mundo e expressiva área agricultável tem o desafio de considerar a heterogeneidade do meio rural e, conseqüentemente, o etnodesenvolvimento nas suas ações dentro desse campo.

Nesse sentido, essa pesquisa busca difundir o Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS): Microbacias II - Acesso ao Mercado especial a “Estratégia de Participação das Populações Indígenas”, como exemplo de experiência para nortear decisões sobre futuras ações de extensão rural indígena.

No tocante das principais problemáticas apontadas na realidade desses povos, em especial a pobreza e a insegurança alimentar, o trabalho traz dois estudos de caso sobre projetos criados para trazer soluções para esses desafios dentro das aldeias localizadas no Estado de São Paulo. Um está diretamente relacionado à agroecologia, pois apresenta metas de produção de alimentos via práticas como a dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) de forma a fortalecer a segurança alimentar na aldeia. E o outro está relacionado ao desenvolvimento rural ao criar, por meio da implantação do turismo na comunidade, mecanismos de geração de renda e fortalecimento cultural. Dessa forma, o trabalho, que está em consonância com a proposta interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR), une-se à defesa dos direitos indígenas em respeito e reconhecimento à sua condição de povos originários dessa terra, detentores de direitos que assegurem sua reprodução física e cultural no meio rural.

1.3. Objetivos da Pesquisa

1.3.1. Objetivos gerais

Considerando o exposto, este estudo tem o objetivo de analisar a trajetória histórica da extensão rural em terras indígenas no Brasil e no Estado de São Paulo, bem como as concepções, formas de implantação e percepções dos impactos sociais, culturais e ambientais das atividades de extensão rural promovidas nas aldeias Boa Vista (Ubatuba) e Itaoca Tupi (Mongaguá), ambas localizadas no Estado de São Paulo.

1.3.2. Objetivos específicos

As seguintes ações caracterizam os objetivos específicos da pesquisa:

1. Apresentar o processo histórico da extensão rural em terras indígenas no Brasil
2. Analisar as concepções das atividades denominadas “Estratégia de Participação das Populações Indígenas”, dentro do Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS): Microbacias II - Acesso ao Mercado;
3. Identificar os mecanismos de implantação e execução dessas atividades;
4. Analisar o desenvolvimento do Projeto Comunitário de Segurança Alimentar e Geração de Renda na Aldeia Boa Vista onde foi implantado sistemas de produção agrícola;
5. Analisar o Projeto Comunitário de Geração de Renda e Fortalecimento da Aldeia Itaoca Tupi centrado nas atividades de turismo;
6. Avaliar as percepções da população indígena, agentes públicos e demais atores sociais em relação às concepções, implementação e impactos sociais, culturais e ambientais gerados nas comunidades indígenas;
7. Analisar as formas de diálogo intercultural entre povos indígenas, governos e sociedade civil.

1.4. Estrutura, materiais e método

Esta dissertação estrutura-se em cinco capítulos. A introdução está subdividida em descrição do tema, justificativa, objetivos da pesquisa, materiais e métodos e estrutura da dissertação. O segundo capítulo traz uma revisão bibliográfica sobre extensão rural, o terceiro apresenta o estudo de caso da aldeia Boa Vista e o quarto o estudo de caso da aldeia Itaoca Tupi. Por fim, o quinto capítulo apresenta a conclusão da pesquisa. A pesquisa foi realizada em sete etapas conforme a figura 1, que detalha o fluxo de pesquisa da dissertação.



Figura 1. Fluxo de pesquisa.

Fonte: própria.

O primeiro capítulo desse trabalho é descritivo com abordagem qualitativa desenvolvido a partir de revisão bibliográfica. A metodologia utilizada envolve análises e interpretação de artigos publicados em revistas científicas nacionais, documentos institucionais e também a consulta de teses e livros que trazem informações sobre o tema. A coleta de dados bibliográficos foi realizada no período de junho a julho de 2018 e utilizou-se para a pesquisa as bases de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), Google Acadêmico e livros sobre a temática da extensão rural no Brasil. Após a seleção dos textos foi realizada leitura exploratória e leitura seletiva para a escolha dos materiais que se encaixavam nos objetivos desse estudo. Em seguida foi realizada uma leitura aprofundada, com abordagem analítica e a interpretação dos textos finalizando na redação do capítulo de Extensão Rural.

Ao término dessas etapas foi definido um escopo do estudo onde foram agrupados os temas abordados e organizados em diferentes subcapítulos. A saber: na primeira seção são apresentados os conceitos de assistência técnica e de extensão rural e um histórico do desenvolvimento desses serviços no Brasil; na segunda parte o foco é a Extensão Rural em Terras Indígenas com análise histórica e de ações realizadas em diferentes regiões do país assim também como as reflexões que foram feitas a partir dos relatos dessas experiências no conteúdo consultado; por fim, na terceira seção há uma análise a Extensão Rural em Terras Indígenas no Estado de São Paulo a partir da experiência do governo estadual e de relatos de artigos científicos e documentos publicados referentes a esse trabalho.

Em seguida foram realizadas as pesquisas de campo (capítulos 3 e 4), com estudo exploratório-descritivo afim de analisar a operacionalização, organização e interação dos atores para a implantação dos programas nas comunidades. Para este fim, utilizou-se como ferramenta as entrevistas semiestruturadas e as entrevistas não estruturadas (ou não-diretivas) com os atores diretamente envolvidos com as ações da Extensão Rural e com a população indígena local, especialmente suas

lideranças. As entrevistas foram realizadas em março de 2019 com base no desenho da amostra em *Snowball sample* ou “Bola de Neve”, em que um entrevistado indicou o outro de forma sucessiva até observar a repetição de perfis e chegar ao objetivo da pesquisa. Por ser um método de amostragem de rede, não probabilística, porém útil no estudo de populações de difíceis acessos, foi escolhida por compreender as possibilidades de estudos entre os diferentes atores dos casos estudados (BAYLEY, 1994; BERNARD, 2005; VINUTO, 2016).

As entrevistas semiestruturadas favorecem a descrição, explicação e compreensão de forma global dos fenômenos sociais e pode emergir informações de forma mais livre já que as respostas não são restritas a uma padronização de alternativas. Nesse mesmo sentido, as entrevistas não-diretivas permitem o discurso livre do entrevistado por meio de uma comunicação mais aberta e descontraída, ao mesmo tempo em que o entrevistador auxilia na expressão livre e orientação dos discursos frente às questões principais (CHIZZOTTI, 2005; MANZINI, 1990/1991; TRIVIÑOS, 1987).

No primeiro estudo de caso, foram entrevistadas seis pessoas e no segundo sete pessoas, totalizando 13 entrevistas. No caso da aldeia Boa Vista, terceiro capítulo, foram entrevistados um agente da Fundação Nacional do Índio (Funai), dois da CATI e cinco indígenas. O número de agentes públicos nesse caso é reduzido devido a formação da rede sociotécnica não ter ocorrido de forma ampla e o fato de ter mais indígenas é porque mais metas foram colocadas para o projeto dessa aldeia, envolvendo diretamente mais integrantes. Na aldeia Itaoca Tupi, quarto capítulo, foram entrevistados dois funcionários da CATI, dois da Funai um da prefeitura de Mongaguá e duas indígenas. A configuração do projeto nessa localidade envolveu mais agentes públicos e o número de metas para a aldeia foi menor, relacionando mais diretamente na concepção e implantação as indígenas entrevistadas.

Ademais, os dados coletados em entrevistas foram complementados por informações de observação direta junto aos atores envolvidos na implantação das políticas públicas e informações coletadas em organizações como Funai, Prefeituras, CATI, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento do Estado de São Paulo. Com a posse das informações obtidas após a transcrição das entrevistas, anotações e com base nos documentos consultados foi produzido um relatório de cada caso de forma

a apresentar os múltiplos aspectos que envolvem a estratégia indígena dentro do PDRS - Microbracias II, sua relevância e o contexto em que está inserido bem como as discussões para o aprimoramento das mesmas. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CAAE: 76493417.7.0000.5504). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2. EXTENSÃO RURAL EM TERRAS INDÍGENAS

O presente capítulo traz uma revisão bibliográfica, dados atuais e discussões do contexto da extensão rural no Brasil e também da extensão rural indígena e do programa PDRS – Microbacias II implantado no Estado de São Paulo. Além dos artigos e trabalhos científicos acerca do tema, foram pesquisados também elementos de documentos oficiais e atuais sobre os projetos realizados pela CATI bem como informações da política atual que interferem nos temas citados.

2.1. Extensão Rural no Brasil

1874 IMPÉRIO	1956 a 1964 PERÍODO DEMOCRÁTICO	1970 DITADURA	1972 DITADURA	1974 DITADURA	1995 ITAMAR FRANCO	2000 FHC	2004 a 2005 LULA	2014 DILMA ROUSSEFF
IIBA	ABCAR e ACARs	INCRA	EMBRATER	EMBRAPA	PRONAF	MDA	PNATER e PRONATER	ANATER

Figura 2. Linha do tempo dos governos e as políticas públicas rurais no Brasil.

Fonte: Própria.

Os registros históricos sobre a ATER no Brasil são variados e apresentam uma sucessão de políticas em diferentes governos, conforme demonstra a figura 2, que influenciaram o desenvolvimento econômico e social do meio rural; alguns trabalhos mais recentes foram realizados no intuito de resgatar esse contexto. Ao pesquisar os registros do SICON (Sistemas de Informações do Congresso Nacional), Peixoto (2008) mostra que, até 1860, o enfoque das instituições imperiais criadas para tratar do tema era relacionado à divulgação de informações, à realização de pesquisas e à educação voltada às demandas agropecuárias como eventos, ou seja, publicações muito parecidas com os métodos empregados ainda hoje no setor. O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA), implantado em São Bento de Lages, em 1874, foi o de maior destaque por formar mais de 200 agrônomos e estabelecer um centro de pesquisa e ensino superior da área. No início da década de 1860, o Decreto n. 1.067, de 28 de julho de 1860, criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Senacop), instituição que deu origem ao atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Quase cem anos depois, o marco histórico da institucionalização do serviço de ATER brasileira foi a criação das Associações de Crédito de Assistência Rural (ACAR). Hespanhol (2007) explica que a ACAR, criada pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em 1956, com objetivo de fornecer serviços de extensão rural, era focada na elaboração de projetos que eram utilizados pelos agricultores como meio de conseguir empréstimos do governo que estava interessado em acelerar a modernização do meio rural brasileiro. O modelo de atuação das ACARs seguia o padrão norte-americano, com o diferencial de que o crédito era vinculado ao serviço de ATER prestado por associações e não por universidades. A ACAR/MG, de 1948, é apontada como a primeira dessas instituições. Em seguida, outras se estabeleceram em diversos estados, sendo criadas 23 ACARs até 1974 (PEIXOTO, 2008).

Vale ressaltar que o processo de instituição da ABCAR sofreu influência do Grupo Rockefeller que promoveu a chamada “Revolução Verde”, programa que começou após a Segunda Guerra Mundial com desenvolvimento genético de sementes com a finalidade de aumentar a eficiência na produtividade. Apesar do discurso baseado no combate à fome no mundo, os pacotes tecnológicos criados, assim como a mecanização rural, visavam o lucro de corporações que enxergaram no campo uma oportunidade de crescimento. O Brasil foi um dos primeiros países onde foram implantados o programa e diversos centros de pesquisas instaurados desde então estavam (e continuam) relacionados aos interesses capitalistas estrangeiros (LOHN, 1997).

Durante as décadas de 50 e 60 o país passou por disputas ideológicas sobre qual caminho tomar diante de conflitos sociais que se agravavam como o abastecimento de alimentos para os grandes centros urbanos. O objetivo principal do debate era a reforma agrária. Com a instauração da ditadura em 1964, o governo enfraqueceu os movimentos sociais do campo que buscavam o acesso à terra para sobrevivência dos trabalhadores rurais e promulgou o Estatuto da Terra, como uma forma de institucionalizar as inquietações camponesas. Colocaram em prática a então “modernização conservadora” que considerou o campo como empresa rural capitalista implantando métodos e técnicas modernas de produtividade sem alterar as estruturas que causavam os problemas sociais. Na ocasião, a extensão rural se

fortaleceu como mecanismo do Estado para intervenção na economia agrícola (COLETTI, 2005; LOHN, 1997).

Em 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), criado pela Lei Nº 1.110, de 9 de julho de 1970, definido pela legislação como agente de coordenação e implantação da extensão rural no Brasil, mas que, segundo Olinger (1996), não foi capaz de cumprir sua função como era esperado. O insatisfatório desempenho da instituição gerou mudanças que culminaram na criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), Decreto nº 75.373, de 14 de Fevereiro de 1975, que, com caráter de empresa pública, foi integrada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), criada pela Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972. O objetivo da Embrater era difundir os conhecimentos tecnológicos para tornar a agricultura altamente competitiva com o apoio de recursos federais destinados ao setor. A interação entre Embrapa, Embrater e o Sistema Nacional de Crédito, que funcionava via Banco do Brasil, marcam a década de 70, no qual o difusionismo se consolidou no contexto rural brasileiro (CAPORAL, 1991; PEIXOTO, 2008; THOMSON; BERGAMASCO; BORSATTO, 2017).

Com o avanço da indústria no país o fornecimento de bens de consumo e insumos básicos para o mercado aumentou. O padrão de exportação deixou de dar ênfase à cafeicultura e passou a investir no emergente setor industrial, o que impactou fortemente o setor rural brasileiro, que passou a ser alvo da difusão de novos pacotes tecnológicos. Sob o discurso da necessidade de resolver a questão do abastecimento por meio do aumento da oferta de alimentos com preços mais baixos, o governo implantou uma política agrícola com foco na produção e na produtividade, com preços reduzidos, créditos acessíveis e pesquisa e extensão voltadas à modernização, limitando o tema da redistribuição de terras às resoluções pontuais onde havia algum impedimento ao avanço do modelo modernizador. Naquele contexto, foram criados programas de desenvolvimento regional que envolviam o setor público, fornecedores de infraestrutura e incentivos e o setor privado. A Embrapa, por exemplo, direcionava seus esforços à ocupação do Cerrado (BUAINAIN et al., 2014).

No entanto, no final da década de 1970, o modelo modernizador sofreu críticas mais severas diante de consequências como a degradação ambiental e a

mecanização que expulsou trabalhadores do campo aumentando as áreas periféricas das cidades. Assim, em conjunto com o movimento ambientalista, voltou a tomar espaço o movimento da agricultura alternativa. Conforme Darold (2004), linhas filosóficas variadas com foco na sustentabilidade no campo começaram a aparecer, entre as quais destacam-se: agricultura biodinâmica (ABD), agricultura orgânica (AO), agricultura biológica (AB), agricultura natural (AN), agricultura ecológica (AE), a Permacultura (PA) e a agricultura sustentável (AS). Posteriormente, algumas destas vertentes passaram a compor a Agroecologia, que já no início da década de 1990 começou a ser difundida por Organizações Não-Governamentais (ONGs) que trabalhavam com extensão rural (BRANDEBURG, 2002; LUZZI, 2007).

A ATER teve reconhecimento na Constituição Federal de 1988, onde no art. 187, IV consta que:

A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta especialmente (...) IV) a assistência técnica e extensão rural (BRASIL, 1988).

No entanto, em 1990, a Embrater foi extinta por meio do Decreto n. 99.616, de 17 de outubro de 1990, pelo governo Collor, marcado por repressões aos movimentos sociais do campo. Houve uma grande diminuição dos investimentos do Estado nos serviços de assistência técnica e extensão rural. Já após o processo de impeachment e com a entrada de Itamar Franco, em 1992, houve uma reaproximação do governo com os movimentos sociais do campo com o aumento de ocupação da terra pelos assentados. Dois anos depois, com a posse de Fernando Henrique Cardoso, o país começou a se aprofundar ainda mais no sistema neoliberal e houve diversas privatizações de empresas estatais. Havia um debate, desde a crise dos anos 80, que questionava o papel do Estado, dando espaço assim para a privatização dos serviços de ATER. Nessa fase que vai de 1990 a 2003, passando pelos dois mandatos federais de Fernando Henrique Cardoso, a ATER é marcada pela inexistência de políticas públicas. Com isso, governos estaduais, municipais e organizações não-governamentais passaram a assumir a realização dos serviços de ATER, concomitantemente ao crescimento do protagonismo dos

movimentos sociais do campo, o que abriu espaço para a introdução de uma nova abordagem com base em metodologias mais participativas (COLETTI, 2005, DIAS, 2008; DIESEL; DIAS; NEUMANN, 2015).

Com a intensificação das mobilizações dos movimentos sociais vinculados à agricultura familiar surgiram mais estudos nos meios acadêmicos sobre esses atores que se tornaram cada vez mais relevantes. Esses fatores, em conjunto com a disposição do governo federal em equilibrar a situação social rural, influenciada em parte pelo movimento dos sindicalistas rurais, deram origem ao que é considerado a primeira política pública a nível nacional construída com foco nos agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (GRISA, 2012).

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, ofertando crédito rural em condições distintas, marcou o reconhecimento do Estado à agricultura familiar e à necessidade de delinear políticas diferenciadas de desenvolvimento rural que contemplassem as suas especificidades socioeconômicas (GRISA, 2013, p. 84).

Como a política governamental de crédito rural que priorizava os produtores com maior poder econômico e também maior acesso aos mercados, o Pronaf foi um incentivo para a construção de outras medidas direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar como, por exemplo, o retorno da ATER para as esferas do governo. Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado pela medida provisória nº 1.911-12, 25 de novembro de 1999, posicionou a extensão rural de forma estratégica para aplicar políticas direcionadas à diminuição da pobreza no campo. Segundo Thomson, Bergamasco e Borsatto (2017), essa estratégia entrou em prática com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Agricultura Familiar (Condraf), subordinado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que direcionou as bases das políticas públicas de ATER via participação social, realizando encontros nos quais eram debatidas as estratégias para que a ATER viesse a atender a toda a heterogeneidade da agricultura familiar, o que incluía, entre outras demandas, os povos indígenas e demais comunidades tradicionais.

A reestruturação aconteceu via a implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), criada em 2004 por meio de um

processo participativo que considerou as contribuições de organizações, agricultores e extensionistas. Entre as questões a serem atendidas estava a necessidade de inserção produtiva, a segurança alimentar, a diversificação da agricultura familiar e a formação de cadeias produtivas e inserção nos mercados. Na descrição da política é evidenciado que os agricultores familiares que não aderiram ao modelo de modernização seriam o público beneficiado pela PNATER. Aos extensionistas foram atribuídas funções para além da disseminação de tecnologias, incluindo o papel de facilitador do acesso à políticas públicas e conhecimentos sobre direitos sociais e desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2004; DIAS, 2008).

No ano seguinte, foi lançado o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), que apresentou propostas para incentivar programas estaduais de ATER e setorização também das linhas de trabalho, incluindo assim comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, jovens, mulheres, extrativas, pescadores artesanais e aqüicultores, conforme especifica o MDA (BRASIL, 2004). O programa também tratou da capacitação dos extensionistas e da ampliação do escopo de trabalho desses profissionais. Essa inovação, em que questões sociais diferentes incidem sobre o papel do extensionistas, apesar de apontadas como imprescindíveis pelos formuladores da nova ATER, foi também interpretada como a razão do momento crítico em que viviam os extensionistas chamado de fragmentação da ação extensionista (DIESEL et al., 2006).

Em 2014, o Decreto 8.252, de 26 de maio de 2014, instituiu a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), serviço social autônomo protagonizado pela Embrapa. Tal medida foi combatida pelo movimento social agroecológico que, por meio de uma carta de repúdio, elaborada durante III Encontro Internacional de Agroecologia (EIA), realizado em Botucatu, que ocorreu em agosto de 2013, declarava que o modelo proposto pelas entidades envolvidas com a Anater não estava de acordo com a realidade da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, já que os direcionava para a dependência do capital e da lógica agroindustrial. No entanto, durante a gestão de 2015, o então presidente da entidade esteve presente em debates com a sociedade civil com objetivo de considerar diretrizes propostas na PNATER. A partir de 2016, Michel Temer assume o cargo de presidente do país, os diálogos passam a ficarem escassos e os rumos

da ATER pública ficam suspensos e com a tendência de voltar a enfatizar o modelo difusionista com foco na produção. Em 2019, o ex-presidente da agência, Valmisoney Moreira Jardim, é exonerado já no início do governo de Jair Bolsonaro e Marco Aurélio Santullo é nomeado, no dia 14 de maio de 2019, diretor executivo da ANATER por quatro anos (BRASIL, 2019b; THOMSON; BERGAMASCO; BORSATTO, 2017).

2.2. Assistência Técnica e Extensão Rural em Terras Indígenas

A institucionalização do indigenismo, que antecedeu as ações de ATER Indígena, aconteceu no final do século XIX, quando a Igreja Católica deixou de assumir o papel de responsável pela integração dos indígenas à sociedade nacional e quando se criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI), órgão criado pelo Decreto nº 8.072, em 20 de junho de 1910. A função de integrar os indígenas foi então delegada para o Estado. O serviço abrangia também os trabalhadores rurais que eram inseridos, assim como os indígenas, como mão-de-obra para a “modernização da agricultura”. Dessa forma, foram implementados postos e colônias agrícolas nos locais onde estavam os indígenas; para os trabalhadores do campo foram criados centros agrícolas. Oito anos depois o órgão foi dividido em Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e Localização de Trabalhadores Nacionais. Com o mesmo ideal de nacionalizar os indígenas, o SPI previa aplicar medidas e ensinamentos voltados à produção agrícola e pecuária para que eles se tornassem economicamente produtivos (ARAÚJO; VERDUM, 2010; MARTINS, 2011).

Imerso em plena ditadura militar, o SPI foi substituído pela Funai, por meio da Lei. 5.371, em 5 de dezembro de 1967 (BRASIL, 1967). Nessa configuração, os custos dos serviços prestados deveriam ser pagos com a renda proveniente de atividades exploratórias dentro dos territórios indígenas, direcionamento criticado por Ribeiro (1979), que não concordava com essa roupagem empresarial, nem com a ausência de antropólogos no quadro de funcionários da instituição. A partir da década de 1970, a Funai atuou na implantação de “projetos de desenvolvimento econômico comunitário”, mas entrou em crise nos anos finais dos anos 1980, mesma época em que a Constituição Federal Brasileira de 1988 renovou os direitos

indígenas, assegurando mais autonomia ao modo de viver das etnias. Nesse mesmo período o modelo desenvolvimentista no campo começava a apresentar consequências prejudiciais ao meio ambiente, como as contaminações, e para a sociedade, como a mecanização que causou exôdo rural, entrando também em crise, assim como as metodologias difusionistas da ATER. A renovação no movimento indigenista naquele contexto foi impulsionada pela coesão de indigenistas engajados em defender os interesses dos indígenas e não mais os ideais da colonização (CAPORAL; COSTABEBER, 1994; PERACI, 2010; SCHIAVINI, 2006).

Na década de 1990, o então presidente Fernando Collor de Mello reformou a política indigenista, atribuindo cada setor ao seu ministério correspondente. Dentro dos ministérios de Meio Ambiente, da Agricultura e da Educação abriu-se oportunidade de uma gestão mais participativa, na qual os povos indígenas tiveram mais espaço, assim como as ONGs, deixando a atuação da Funai mais restrita às questões fundiárias. Nessa mesma década a ATER brasileira passou por reformulações e os indígenas foram incluídos como beneficiários, como também as demais comunidades tradicionais e agricultores familiares, devido a uma diversificação mais ampla contemplada pelo Pronater. Criado em 2005, o programa tratou com mais atenção as especificidades e valores de cada público, como já mencionado (VAZ; NORDER, 2018)

Verdum (2010) ressalta que na prática é importante que a ATER em terras indígenas dialogue em cada local de atuação de forma específica com os povos indígenas que ali vivem e que não é possível executar essa política de uma única forma, já que é grande a diversidade de povos indígenas no Brasil. O autor frisa ainda que o direito é garantido por vários dispositivos legais, como, por exemplo, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Povos Indígenas e Tribais, que o Brasil ratificou em 2001. Para o autor é necessário que prevaleça a "igualdade de discursos" nesse diálogo, com base no mesmo ideal dos indigenistas que proporcionaram a renovação das políticas indigenistas na década de 1970, ou seja, com a intenção de atender as demandas dos indígenas.

Sob responsabilidade do MDA, a ATER em terras indígenas "torna-se realidade como ação orçamentária em 2004" e nasce sob a coordenação da Assessoria Especial de Gênero Raça e Etnia (AEGRE), onde permaneceu até 2008. Nesse período, foi discutida a possibilidade de criar uma linha de crédito dentro do

Pronaf para essas populações o que não resultou em encaminhamentos positivos devido a lógica econômica de venda conflitar com as realidades culturais dos grupos indígenas. (FERRARI, 2010). A partir daquele ano, foi transferida para a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), onde o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) torna-se a unidade responsável por executar o trabalho. As ações implantadas seguiam três eixos norteadores: diálogo intercultural e garantia territorial; projetos produtivos; e fortalecimento institucional das organizações indígenas. Diversos projetos no âmbito nacional foram contemplados por meio da ATER em terras indígenas naquele contexto, com experiências variadas de acordo com cada localidade e etnia atendida. Um balanço desse trabalho demonstra que o principal desafio enfrentado é o da interculturalidade. As experiências sistematizadas por Araujo e Verdum (2010) apresentam uma rica coletânea de situações e entendimentos que serviram para nortear o desenvolvimento a ATER em terras indígenas tanto no MDA como nas iniciativas das agências estaduais.

A ATER ao se apresentar como um meio de relação com os povos tradicionais, em especial os indígenas, vem suscitando outras diversas pesquisas relevantes relacionadas com o tema, além das publicações do MDA. Estas pesquisas, em geral evidenciam que a interação de técnicos agrícolas e pesquisadores de unidades educacionais devem considerar aspectos culturais que são reveladores da importância da preservação da natureza para esses povos, sendo esse um componente indispensável à sua reprodução social. Os relatos trazem aspectos específicos de cada povo e região e estão em acordo ao apontarem que é necessário considerar concepções culturais e históricas, bem como o planejamento participativo e integração de práticas agroecológicas e educacionais. A agroecologia e a educação aparecem como ferramentas que podem ser trabalhadas de forma conjunta nessas ações Norder et al. (2018).

Um importante ponto a ser considerado é que as ações de instituições de pesquisas podem acontecer em terras não homologadas. Mas iniciativas governamentais, em geral, só implementam políticas públicas em aldeias situadas em terras indígenas já demarcadas. O IBGE (2010) aponta que o Brasil possui 896.917 mil indígenas, espalhados em 305 etnias que ocupam 688 terras indígenas. Dessas, só 60,4% estão demarcadas, conforme o Portal do Ministério da Saúde (2018). No artigo 231 da Constituição Federal, está assegurado que as terras

indígenas são de posse permanentes dos indígenas cabendo a eles a sua utilização exclusiva.

No entanto, as leis que guiam a execução das ações governamentais no Brasil tem sofrido alterações conforme as mudanças de governo. No caso, o Decreto nº 1775/1996, de 8 de janeiro de 1996, que regulamentava a demarcação das terras indígenas, anteriormente realizada pela Funai, foi alterado conforme a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que determina que os assuntos fundiários relacionados aos povos indígenas agora fiquem à cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O governo também alterou o comando da Funai e atualmente Marcelo Xavier da Silva é o novo presidente da instituição, o que manifestou preocupação em indígenas e especialistas por ser o nomeado um ex-policia federal com forte conexão com o agronegócio (BRASIL, 2019c; 2019d; PHILLIPS, 2019).

2.3. Extensão Rural em Terras Indígenas no Estado de São Paulo

No Estado de São Paulo, os indígenas são foram contemplados dentro do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS): Microbacias I, onde somente ações isoladas de funcionários da CATI em parceria com organizações não-governamentais eram realizadas nas aldeias. Passaram a ser beneficiários do PDRS - Microbacias II, Acesso ao Mercado, Programa instituído pelo Decreto 56.449 de 29 de novembro de 2010, com o objetivo aumentar a competitividade da agricultura familiar paulista e, ao mesmo tempo, melhorar sua sustentabilidade ambiental. Realizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), por meio da CATI, e pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA), por meio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), recebe financiamento do Banco Mundial e do Governo do Estado de São Paulo (COSTA, 2011).

As áreas priorizadas pelo PDRS - Microbacias II são as regiões com maior vulnerabilidade social, baixo rendimento econômico e degradação ambiental. A estratégia do Programa envolve a prestação de assistência técnica e a concessão de incentivos financeiros para aumentar a produtividade dos agricultores familiares paulistas, o que contempla as populações indígenas e comunidades quilombolas,

conforme a Lei nº 11.326/2006, de 24 de julho de 2006, que dispõe sobre a agricultura familiar, bem como realizar a inclusão em cadeias de geração de valor, fortalecer as capacidades organizacionais e administrativas das entidades que os representam e ainda disseminar práticas sustentáveis de manejo de água e solos (SÃO PAULO, 2015).

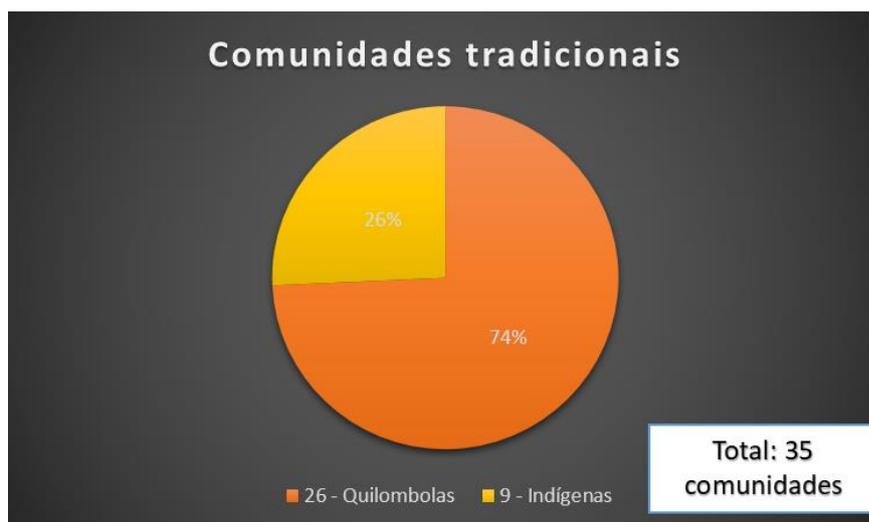


Figura 3. Número de comunidades tradicionais do Estado de São Paulo que acessaram o PDRS – Microbacias II.

Fonte: Própria



Figura 4. Número de projetos implantados em comunidades tradicionais do Estado de São Paulo com recursos do PDRS – Microbacias II.

Fonte: Própria

O Banco Mundial, como instituição financiadora, aportou recursos financeiros ao Estado de São Paulo. O acordo de empréstimo foi de US\$ 78 milhões, com contrapartida de US\$ 52 milhões do Tesouro Estadual, sendo o valor total do programa de US\$ 130 milhões (LAGE, 2018). Do montante direcionado aos serviços diretos de extensão rural prestados aos agricultores, 5% deveriam ser aplicados para atender projetos de comunidades tradicionais, que são considerados salvaguardas sociais e devem ser obrigatoriamente protegidos em ações de desenvolvimento econômico conforme os acordos de direito internacional. Em São Paulo 35 comunidades, conforme mostra a figura 3, acessaram os recursos, totalizando dentro do período do Programa a execução de 77 projetos, conforme figura 4. A estratégia de incluir as comunidades tradicionais foi adotada pela instituição a partir dos anos 90 para demonstrar uma nova postura diante da relação entre diferenças culturais e o conceito de desenvolvimento. Caracterizados como público em situação “vulnerável” os indígenas também despertaram interesse devido aos seus saberes tradicionais referente à natureza, à forma como produzem insumos sem degradar o meio ambiente e também por terem um papel inerente de “Guardiões da Terra”. Baseado no termo ‘etnodesenvolvimento’, os investimentos do Banco indicam uma atuação direcionada à diminuição da pobreza e promoção de atividades sustentáveis que prevêm respeitar os modos de vida das populações tradicionais (PINTO; PINTO, 2018; SALVIANI, 2002).

Para dar efeito prático aos ideais propostos pelo Banco Mundial, foi integrada ao PDRS - Microbacias II a “Estratégia de Participação das Populações Indígenas”, construída em duas etapas. A primeira, iniciada em 2007, foi focada no estudo aprofundado de documentos relacionados aos povos indígenas do Estado paulista e conversas com especialistas de diversos setores sociais. O trabalho foi finalizado com a criação de um documento com informações de cunho antropológico sobre as etnias, a descrição das estruturas institucionais e legais existentes para o cumprimento da parte prática do projeto e as indicações e princípios a serem considerados durante a execução da estratégia. A segunda etapa, iniciada um ano depois, contou com reuniões com diferentes órgãos envolvidos com o trabalho proposto, entre eles Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPISP), Funai e lideranças indígenas, entre outros órgãos (PINTO; PINTO, 2018).

O material elaborado foi apresentado em um evento organizado pela CATI intitulado “I Encontro Sobre Extensão Rural Para Populações Indígenas”, que ocorreu no dia 14 de outubro de 2008, em Campinas. Na ocasião, cada representante das instituições presentes apresentou as experiências de atuação e propostas de como atuar no PDRS – Microbacias II destinado aos indígenas a partir das informações que receberam durante a rodada de consultas.

Daquele encontro participaram 20 lideranças indígenas de todas as etnias existentes no Estado de São Paulo, representantes de instituições universitárias (USP, UNESP e UNICAMP), organizações não-governamentais que atuam junto às populações indígenas do Estado (Centro de Trabalho Indigenista, Comissão Pró-Índio de São Paulo e Fundação Araporã), das secretarias de estado de Educação, Relações Institucionais, Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento (PINTO; PINTO, 2018).

Os objetivos descritos na estratégia do Programa junto às comunidades indígenas incluem a prestação de serviços de ATER, a elaboração de Planos de Etnodesenvolvimento e Projetos Comunitários para as comunidades, o repasse de recursos financeiros para projetos de atividades produtivas com melhora da produção via tecnologias sociais, estruturação de cadeias de valor para processamento e comercialização de produtos, fortalecimento da organização comunitária, fortalecimento cultural, manejo sustentável dos recursos naturais e ainda a realização de um plano de ação para capacitar as populações indígenas, objetivo esse que possibilitou a inovação metodológica da inclusão de redes sociotécnicas regionais na execução do trabalho, fator essencial para a capilaridade das mesmas, conforme será evidenciado mais adiante (PINTO; PINTO, 2018; SÃO PAULO, 2011a).

Na ocasião, as lideranças indígenas presentes fizeram a avaliação e apresentação das suas dúvidas referente aos procedimentos do programa. Dois pontos as preocupavam: a não inclusão de aldeias não demarcadas e de aldeias sobrepostas a unidades de conservação ambiental. Mesmo com a restrição posta às terras não homologadas houve a aprovação da proposta por eles e pelos demais presentes, com manifestação entusiasta em participarem do PDRS – Microbacias II (COSTA, 2011).

No entanto, no próprio documento da “Estratégia de Participação das Populações Indígenas”, datado de 2011, está posto que “as reivindicações pela demarcação ou revisão dos limites das áreas já demarcadas” pelos indígenas se intensificam, assim como a pobreza e a insegurança alimentar nas aldeias (COSTA, 2011). Das 30 terras indígenas existentes no Estado paulista, somente 13 são demarcadas, conforme dados da Comissão Pró-Índio de São Paulo (2019). O órgão também corrobora o fato de que segurança alimentar é um dos desafios mais preocupantes em relação às aldeias de São Paulo.

A CATI não possuía experiência prévia de atuação com populações indígenas; assim, o seu quadro de profissionais destinados ao trabalho trazia experiências variadas; alguns já tinham trabalhado em comunidades, outros não, sendo a maioria com formação em Ciências Agrárias, com pouco acesso à conteúdos sobre questões sociais do campo em sua grade curricular. Por isso, os extensionistas passaram por uma qualificação, que foi dividida em quatro módulos, para que pudessem atuar sob a perspectiva da agroecologia e etnodesenvolvimento. No primeiro módulo, realizado em 2009, foi trabalhado a integração de todas as instituições governamentais da área da agricultura envolvidas (federais, estaduais e municipais), setores de educação, justiça, saúde, meio ambiente e defesa da cidadania, do terceiro setor e instituições acadêmicas. Em 2010, o foco da formação era a troca de saberes com informações mais detalhadas sobre os povos indígenas do Estado de São Paulo. O terceiro módulo, em 2011, contou com a condução do professor Carlos Rodrigues Brandão, que tratou do tema “Pesquisa Participante & Educação Popular”, com o objetivo de preparar os técnicos para a realização de diagnósticos e planejamentos participativos. Por fim, o quarto e último modelo levou os participantes para conhecerem a experiência do Vale do Ribeira, onde está instalada a Cooperafloresta, no município de Barra do Turvo, onde os agricultores trabalham com sistemas agroflorestais e comercialização (NACIF; BUENO, 2018; PINTO; PINTO, 2018).

A ATER realizada no Estado de São Paulo contou com a criação de redes sociotécnicas, considerada uma inovação em atividades desse segmento. Nas localidades onde desenvolveram os projetos foram estabelecidas parcerias e um modo de operar que envolvia a cooperação de diversas entidades locais, sendo criada a rede sociotécnica regional. Os autores Pinto e Pinto (2018) afirmam que,

por meio do envolvimento de diversos atores que atuam no mesmo território, a rede sociotécnica mostrou-se uma metodologia com grande potencial para a resolução de problemas e que um fator importante para o seu sucesso é decorrente de “um tríplice movimento: dar–receber–retribuir”. Dias (2011, p. 3) aponta também que as redes são “a solução adequada para administrar políticas e projetos onde os recursos são escassos e os problemas, complexos”.



Figura 5. Total de recursos acessados por comunidade tradicionais do Estado de São Paulo por meio do PRDS – Microbacias II.

Fonte: própria.

O PDRS - Microbacias II estava previsto para ser encerrado em 2015 e foi prorrogado por mais três anos para que as organizações rurais que acessaram o recurso pudessem finalizar as aquisições e terminar as ações planejadas, sendo finalizado em 2018. Nesse ano, a CATI publicou duas edições *da Revista da Casa da Agricultura* sobre o trabalho realizado com as comunidades tradicionais onde apresentou dados gerais dos projetos implantados bem como entrevistas com profissionais que atuaram no programa. A figura 5 detalha o valor do montante direcionado aos dois tipos diferentes de comunidade, quilombolas e indígenas. Na edição nº 3, está apontado que o total de desembolsos dos projetos para todas as organizações rurais somam R\$ 215 milhões (PINHEIRO, 2018). Os valores e números mais detalhados sobre a atuação junto às comunidades indígenas foram dispostos em uma das entrevistas da edição nº 2 conforme citação abaixo:

Até o momento, os valores das subvenções investidas nas comunidades são de R\$ 13 milhões. Desses, R\$ 11 milhões foram destinados para comunidades quilombolas e R\$ 2 milhões para comunidades indígenas. Ao todo 35 comunidades tradicionais acessaram o Projeto Microbacias II. Das quais, 26 comunidades são quilombolas e nove são indígenas, somando ao todo 77 projetos comunitários em execução (ou já executados): 62 projetos são quilombolas e 15 projetos são indígenas (algumas comunidades acessaram mais de uma vez). Os projetos apresentados contemplam apenas investimentos coletivos, e primam pela sustentabilidade, pela competitividade e pelo estímulo às manifestações culturais (MORAES, 2018, p. 8).

Na conjuntura política de 2019 a CATI passou ser chamada de Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) e assim como a Funai vem sofrendo mudanças em sua estrutura e planos estratégicos conforme as mudanças instauradas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o governo do Partido Social Liberal (PSL). Não se sabe se os resultados dos projetos anteriores, como o PDRS – Microbacias II serão considerados para a criação de formas de continuidade ou outras políticas direcionadas à extensão rural em terras indígenas.

2.4. Considerações Finais

As ações de ATER pública estão suscetíveis às mudanças de governo e suas linhas de atuação conforme exposto ao longo do primeiro subitem desse capítulo. Em diferentes momentos da história brasileira as políticas públicas deram atenção diferenciada a esse serviço previsto dentro Constituição Federal de 1988 afetando, de forma significativa, principalmente, os agricultores familiares, incluindo entre eles as comunidades tradicionais.

O desafio da interculturalidade é recorrente nos casos citados de experiências de ATER indígena no Brasil, sendo a agroecologia e a educação apontadas como ferramentas úteis na resolução desses problemas. O Estado de São Paulo apostou na formação dos seus agentes, sob a perspectiva da agroecologia e etnodesenvolvimento, e inovou na criação de redes sociotécnicas que pudessem unir diferentes instituições em um esforço conjunto para implementação da extensão rural em terras indígenas no Estado e conseguiu implantar 13 projetos por meio de uma estratégia inédita dentro da história da organização. Os resultados corroboram

que a educação com princípios agroecológicos tem efeito positivo sobre a problemática da interculturalidade.

O Programa superou a meta imposta pelo Banco Mundial de direcionar os 5% para essas comunidades, chegando a dispor 6% para as ações com os quilombolas e os indígenas. No entanto, só R\$ 2 milhões foram acessados pelos indígenas, ou seja, 15% do total destinado as comunidades tradicionais chegaram até as aldeias. Ao optar por restringir o acesso das comunidades que vivem em terras indígenas não homologadas, o Programa pode ter causado essa diferença significativa de benefícios entregues às duas comunidades. Isso reforça a problemática da demarcação neste cenário em que nem 50% das terras indígenas no Estado de São Paulo estão regularizadas. Além de ser uma questão aberta e amplamente colocada pelos próprios indígenas que reivindicam suas terras, a ineficiência demarcatória do governo brasileiro compromete os resultados das próprias ações governamentais de desenvolvimento em diferentes esferas.

3. PROJETO DE SEGURANÇA ALIMENTAR COM SAF EM COMUNIDADE GUARANI, ALDEIA BOA VISTA, UBATUBA (SP)

Este capítulo trata das ações realizadas na aldeia Boa Vista, da etnia Guarani M`Bya, dentro do âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS): Microbacias II - Acesso ao Mercado. Conforme as normas estabelecidas, a comunidade passou por um diagnóstico detalhado no Plano de Etnodesenvolvimento e em seguida foi elaborado um Projeto Comunitário com foco na geração de renda e segurança alimentar. O objetivo desse capítulo é apresentar e discutir as formas de concepção do projeto, as implicações durante a implantação bem como as percepções dos atores sobre o processo e os resultados. O capítulo foi subdividido nos seguintes itens: conceitos de agrofloresta e experiências em terras indígenas; caracterização geográfica; construção do “Projeto Comunitário de Segurança Alimentar e Geração de Renda”; implementação do projeto; resultados, percepções e recomendações; e considerações finais.

3.1. Conceitos de agrofloresta e experiências em terras indígenas

Como prática do cultivo de plantas para a alimentação humana a agricultura está em constante transformação desde o período neolítico, ou seja, há cerca de 10 mil anos. Entre os séculos XVII e XIX iniciou-se ao que hoje é chamado de agricultura moderna, na qual o aumento da produção em diferentes regiões da Europa visava acabar com a fome da população, que na época estava mais associada a falta de alimentos do que o acesso à eles. Dado que o desenvolvimento das plantas está intrinsecamente ligado as características do solo, em 1840 o químico alemão Justus Von Liebig (1803-1873) desenvolveu substâncias químicas que substituíam as práticas de fertilização orgânica das plantas abrindo espaço para um modelo de produção que atendia não só a demanda por alimentos, mas cada vez mais à interesses financeiros mesmo à base da degradação ambiental e agravamento de problemas sociais (EHLERS, 2009; MAZOYER, ROUDART, 2010).

Nos países de Terceiro Mundo a partir do século XX a agricultura de alta produtividade baseada na utilização de elementos externos causou também problemas econômicos aos agricultores na medida que aumentou os custos de produção. Propostas de uma agricultura "alternativa" apareceram a partir da década

de 70, com crescimento de pesquisas nas esferas acadêmicas a partir dos anos 80. Houve então uma *ecologização* da agricultura, ou seja, a integração da Agronomia e a Ecologia, com base na noção de que as intervenções humanas devem respeitar também as limitações de cada ecossistema, entre outros aspectos. Esse movimento conformou então a Agroecologia como novo paradigma com base nos ideais de criação de sistemas de produção economicamente viáveis, ecologicamente equilibrados, socialmente justos e culturalmente aceitáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 1994).

Nesse contexto, os chamados Sistemas Agroflorestais (SAFs), apontados por Leakey (1997) como formas de manejo dos recursos naturais em que espécies arbóreas são cultivadas em associação com culturas agrícolas com o intuito de chegar mais próximo possível às formas de integração ecológicas naturais, tornaram-se um dos principais sistemas adotados dentro da perspectiva da produção agroecológica.

A história dos sistemas agroflorestais já vem de longa data, visto que foram e continuam sendo desenvolvidos por populações tradicionais em todo o mundo, cujos princípios estão arraigados às culturas milenares, os quais foram se adaptando ao meio e este, se moldando à ação humana (BOLFE, 2010).

Götsch (1996) ressalta ainda que os SAFs, como um esforço para a harmonização das atividades agrícolas aos processos naturais, visam uma produção diversificada de alimentos e materiais orgânicos sem a necessidade de insumos químicos produzidos em laboratórios. Nesse sentido, são mais adaptáveis às circunstâncias sociais-econômicas e culturais da população rural.

Nessa mesma linha, Pinto (2002) aponta que os SAFs como sistemas de produção ecológica que permitem uma maior diversificação biológica; portanto, são mais equilibrados que os sistemas agrícolas modernos e mais assimilados pelas comunidades tradicionais. “Do ponto de vista cultural, as comunidades tradicionais que ainda preservam seus hábitos e costumes têm uma profunda identidade com este tipo de sistema agrícola” (PINTO, 2002, p. 23).

A aplicação de conceitos agroflorestais com novas bases em comunidades indígenas já foi estudado por demais autores. Em uma revisão bibliográfica sobre agroecologia em terras indígenas realizada por Norder et al. (2019), há um item de

Sistemas Agroflorestais que demonstra que os SAFs têm sido implantados em diversas regiões do país como meio de fortalecer a segurança alimentar, revalorização da cultura tradicional além de promover a biodiversidade.

Dentro desse trabalho de revisão, Castro (2007) e Pinto (2009) reforçam a importância do cultivo das agroflorestas próximo às residências, e em especial, o último autor afirma a eficiência desse sistema como prática de cultivo sustentável no bioma amazônico. Já na região de Roraima, Pinho (2008) cita a melhoria da qualidade do solo nas Tis Araçá, Wapichana e Macuxi. Um dado importante foi a constatação que mesmo com a predominância de espécies exóticas, os resultados apontaram para o aumento de frutos nativos que eram muito utilizados na alimentação das comunidades locais.

No território indígena Guarani, no Rio Grande do Sul, os estudos de Wolff et al. (2015) comprovaram a adaptabilidade de sistemas apícolas no entorno de agroflorestas. Para a implantação de sistemas integrados à meliponiculturas, Fernandes, Silva e Macedo (2009) realizaram, como parte do Projeto de Educação Agroflorestal da Escola Indígena Maadzero, práticas educacionais participativas nos SAFs dos Baniwa da Terra Indígena Tunuí Cachoeira, em São Gabriel da Cachoeira (AM). Metodologias participativas e dialógicas tem sido empregadas no resgate de saberes agroflorestais com etnias Krahô, em Tocantins, conforme trabalho de Bueno, Armando e Sugasti (2007).

Conforme a pesquisa de Duarte, Martins e Aguilár (2014), que consta na revisão, a comunicação foi utilizada como ferramenta na implantação de trabalho de extensão rural vinculados ao Projeto GATI pela implementação da PNGATI (Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena) no Mato Grosso do Sul em trabalho com etnias Terena e Guarani/Kaiowá, na Terra Indígena Sessoró.

Há também registros de trabalhos com SAFs na aldeia Lalima (Terena), localizada no município de Miranda (MS), nas Terras Indígenas Amajari, Alto São Marcos e Taiano, em Roraima, e Aldeia Panambizinho (MS). Norder e Rodrigues (2007) e Rodrigues (2008) apontaram também que é imprescindível que as atividades e materiais didáticos-culturais para esse tipo de trabalho sejam focados em situações específicas, conforme constataram em um estudo de caso sobre o

projeto de extensão realizado por equipe da Universidade Estadual de Londrina (UEL) na TI Apucarantina, em Tamarana (PR), junto à etnia Kaingang.

As experiências de formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI), no estado do Acre também aparecem na revisão. Bianchini (2006), em dissertação de mestrado, e Bianchini e Bianchini (2007) apontaram a eficiência da implementação de SAFs e promoção de oficinas em terras indígena para a formação de agentes potencializadores de mudanças nas comunidades sob a perspectiva da conciliação dos saberes tradicionais indígenas com os conhecimentos sobre sistemas agroflorestais.

No terceiro setor, o Instituto Sociambiental (ISA) tem investido na implantação de sistemas agrícolas com sistemas agroflorestais em comunidades do Território Indígena do Xingu. Os povos Kawaiwete e Yudja tem feito parte da iniciativa que traz na estratégia vários aspectos como o fortalecimento da atividade tradicional e a intensificação da troca de variedades agrícolas tradicionais por meio de encontros de troca de sementes, entre outros. A atuação visa impulsionar as “experiências de implantação de agroflorestas, por ser um sistema de produção de alimentos que potencializa o uso de recursos hoje limitados no contexto de confinamento e aumento demográfico” (OTERO STURLINI; ONO; SCHNEIDER, 2017, p. 5).

Norder et al. (2018), que reuniu trabalhos em geral promovidos por instituições de ensino e pesquisa, aponta para a relação entre os sistemas agroflorestais e a importância das políticas públicas e ações de extensão rural agroecológica. Assim como as estratégias de fortalecimento da agricultura tradicional indígena com base no diálogo com outras agriculturas de base ecológica, como os sistemas agroflorestais, também são apontadas como extremamente relevantes no contexto de pressões externas em que vivem as comunidades como consta no estudo de Otero, Ono e Schneider (2017). Os autores ressaltam também a necessidade de criar referências, ou seja, experiências da implantação desses sistemas agrícolas, considerados emancipadores, em terras indígenas.

3.2. Caracterização Geográfica

A aldeia Boa Vista está localizada na Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, no município de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo, e fica a

cerca de 20 km da cidade. A entrada é na altura do km 32 da BR 101 com mais 1,5 de estrada de terra. Com 960,66 ha foi demarcada pelo Decreto Presidencial N.º 94.220/87, em 1987. A formação data de 1960, a partir do deslocamento de três famílias que vieram da aldeia Rio Silveira, município de Bertioga, e se estabeleceram na região.

Pertencentes ao povo Guarani M'Bya, os indígenas que ali se instalaram mantinham contato esporádico e pacífico com a população local, predominantemente caiçara. A ligação da aldeia com Ubatuba era realizada por uma trilha de quatro horas de caminhada. A partir da construção da Rodovia Rio–Santos (BR-101) na década de 1970, o processo de ocupação local intensificou-se e os moradores tradicionais caracterizados por grupos caiçaras, quilombolas e indígenas passaram a sofrer pressões devido as atividades de grilagem de terras e a especulação imobiliária (SÃO PAULO, 2012).

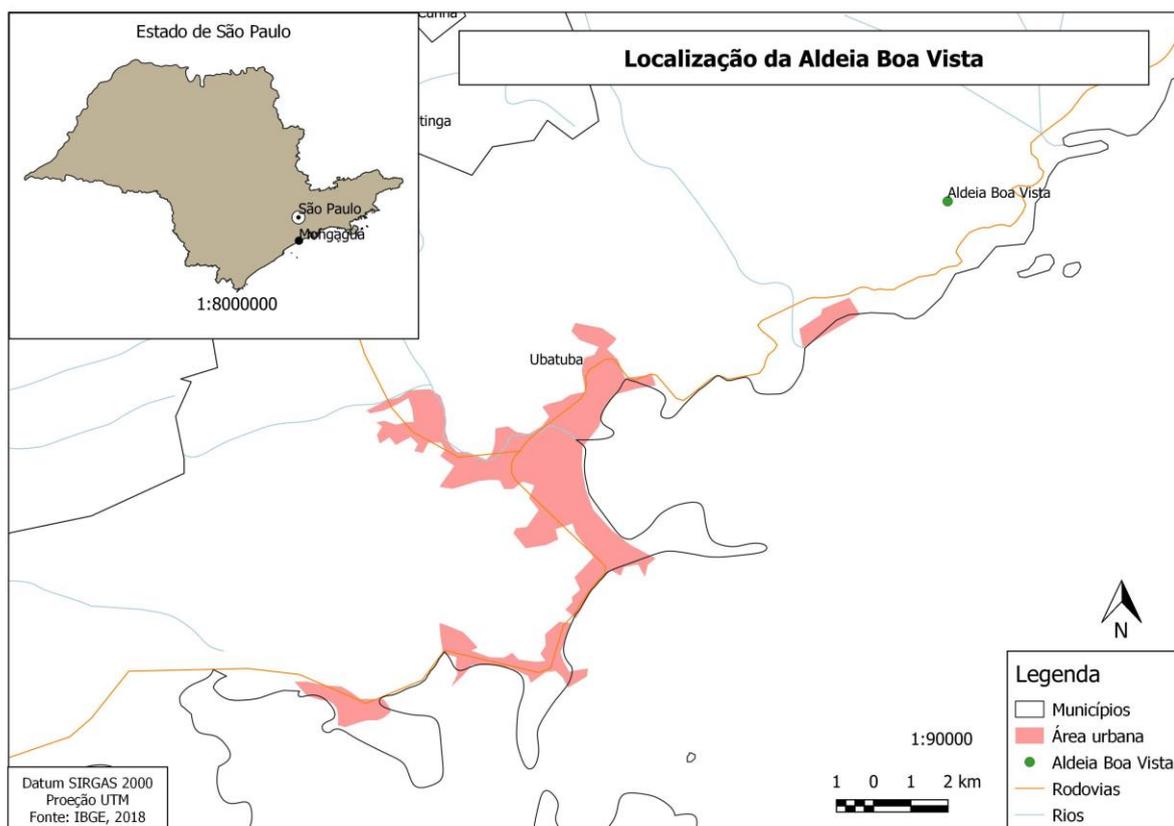


Figura 6. Localização geográfica da Aldeia Boa Vista localizada no município de Ubatuba (SP).

Fonte: Própria



Figura 7. Vista da Aldeia Boa Vista, na Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, Ubatuba (SP).

Fonte: Própria



Figura 8. Escola Estadual da Aldeia Boa Vista, localizada na Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, Ubatuba (SP).

Fonte: Própria

3.3. Construção do “Projeto Comunitário de Segurança Alimentar e Geração de Renda” por meio de SAFs

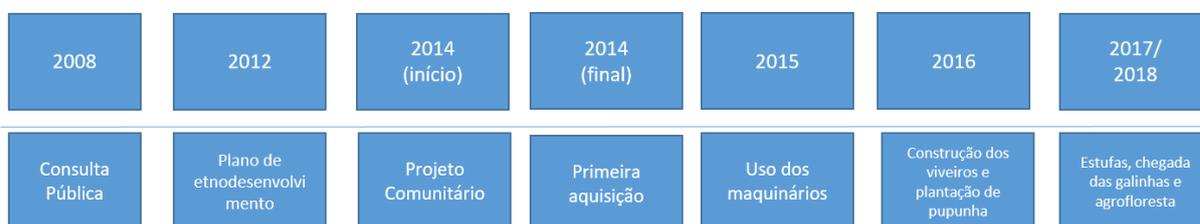


Figura 9. Linha de tempo da implantação do PDRS – Microbacias II na Aldeia Boa Vista, Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, Ubatuba (SP).

Fonte: Própria

Durante a consulta para saber quais aldeias tinham interesse em participar do PDRS - Microbacias II, em 2007, a aldeia Boa Vista foi uma das que manifestaram interesse. Das 43 terras indígenas no Estado de São Paulo, a Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim é uma das 13 homologadas e por isso atendia ao pré-requisito para fazer parte do projeto: a regularização da terra (SÃO PAULO, 2012). A Figura 9 mostra como foi a cronologia das ações dentro da aldeia durante o processo de realização do Programa. A exigência da homologação das terras para a participação do projeto foi uma das primeiras críticas realizadas pelo Entrevistado 1A, agente público da Funai, que trabalha na Coordenação de Parati (RJ), onde está inscrita a aldeia Boa Vista. A restrição impediu que comunidades interessadas em acessar o programa participassem. Houve visitas à essas comunidades e a CATI ofereceu cursos de capacitação e intercâmbios, algumas aceitaram e outras não, por conta da polêmica da não permissão de investimentos nessas aldeias.

“O histórico das Terras Indígenas é muito recente, ou seja, a ocupação e reocupação das Terras Indígenas no Estado de São Paulo, principalmente dos povos Guarani, parte da década de 80. É um histórico muito recente de regularização de terras. Então a maioria das Terras Indígenas não tem sua regularização concluída. Existe todo um processo de reintegração dessas terras de povos que foram praticamente expulsos do território em outros tempos e hoje estão retomando sua origem e é um processo muito lento” (1A).

O entrevistado 1A indica que há uma lentidão da Funai com muitos enfrentamentos para regularização dessas terras e isso causa problemas como a não-inclusão de aldeias em programas estaduais ou federais:

“A gente enxerga que um povo a partir do momento que está ocupando um território ele deve ser legitimado naquele território, existe um reconhecimento daquele território” (1A).

Adequada ao pré-requisito para ser beneficiária do PDRS - Microbacias II, a comunidade indígena da aldeia Boa Vista precisou atender a outra exigência do Banco Mundial para dar continuidade a sua participação no programa: ter e manter o CNPJ regularizado de uma associação indígena em funcionamento dentro da aldeia.

Nesse processo, a CATI, por meio dos seus representantes locais, começou uma aproximação com as lideranças da aldeia e com os funcionários da Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai para encaminhar a regularização de uma associação que representasse a comunidade. Ao mesmo tempo, iniciaram a construção de uma relação de confiança com as lideranças indígenas da aldeia, pois os indígenas não tinham contato com a CATI anteriormente.

O entrevistado 2A, funcionário da CATI, conta que para estabelecer as relações de confiança entre os membros da comunidade indígena e os profissionais da CATI, no início, enquanto se regularizava a associação, a CATI ajudou no apoio logístico às atividades que eles já desenvolviam, como a venda do artesanato. A atitude do funcionário nesse sentido foi mais em termos pessoais do que institucionais, pois diz ter realizado ações não previstas no programa mas que eram necessárias tornar viável a atuação junto aos indígenas. Nesse caso, essas iniciativas ajudaram na interação dos três atores (CATI, Funai e indígenas) para conseguir a regularização da associação.

“A regularização da associação foi uma contribuição grande. Contamos muito com o apoio da Funai para que isso ocorresse. Fomos atrás do dinheiro que faltava porque o projeto não remunerava isso. Em Camburi tinha uma aldeia com interesse em participar mas não pôde porque a associação não conseguiu se regularizar. Na Boa Vista, graças ao trabalho da Funai teve um avanço grande” (2A).

Na aldeia Boa Vista já existia a Associação Tembiquai, criada em 1987 mas estava totalmente parada no início das conversas sobre o PDRS - Microbacias II (SÃO PAULO, 2012). A partir do interesse da comunidade em receber os benefícios do projeto, os indígenas, juntamente com a CATI e a Funai, começaram a realizar os trâmites para regularizá-la e fazê-la funcionar novamente. Quem tomou a frente da

regularização da associação na época foi um indígena, entrevistado 3A, que foi nomeado presidente da associação quando as conversas do PDRS - Microbacias II começaram a acontecer.

“O projeto é colocado para gente e a gente tem uma escolha para fazer. É comunicado à comunidade e ela decide se tem ou não o desejo de fazer. Obrigatoriamente fizemos a associação para mostrar que estávamos interessados” (3A).

O entrevistado 3A conta que, apesar do programa ter chamado a atenção da comunidade e ter entusiasmado os indígenas, o processo burocrático para regularizar a associação foi bastante lento, o que fez com que as implantações das ações demorassem e a comunidade, que já tinha em mente o que gostaria de fazer com a verba, ficasse sem paciência e desanimada.

“Isso acontece muito. Tem que ter os documentos de um dia para o outro mas não é fácil. A comunidade já tinha em mente onde plantar, onde construir mas como foi passando o tempo a comunidade perde a paciência e esquece” (3A).

O entrevistado 3A também afirma que “[...] as vezes o projeto fala uma coisa e vai acontecendo outra [...]” (3A). Junto com outros membros e os funcionários das duas instituições foram fazendo os arranjos necessários para adequar o funcionamento da associação para atender as exigências mesmo com dificuldades de fazer a comunidade como um todo entender o andamento do processo. A associação passava um tempo regularizada e em seguida voltava a ficar irregular, devido as burocracias constantes de manutenção que demandavam a assessoria de um contador. Os indígenas não tinham verba do projeto para pagar o contador e também não tinham renda para mantê-lo. Junto com o funcionário da Funai criaram alternativas para conseguir pagar um profissional da área.

Os membros da aldeia em diálogo com a CATI e a Funai foram desenhando quais ações iam ser implantadas na aldeia. A CATI convidou o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), que já tinha experiência em trabalhos com comunidades, para realizar entrevistas com cada família e levantar as necessidades emergenciais e principais da aldeia que poderiam ser cobertas pelo PDRS - Microbacias II. Esse processo foi importante para a criação do Plano de

Etnodesenvolvimento, outra premissa do PDRS - Microbacias II, que foi finalizado e entregue em 2012 pela CATI.

No plano havia dados sobre a organização política e social da aldeia, que conta com a figura de um cacique; aspectos físicos como localização, vias de acesso e distâncias de Ubatuba, vegetação predominante e formas de relevo, presença e qualidade da água, rio e riachos, o clima da região e características do solo, infraestrutura da aldeia, patrimônio da agrobiodiversidade; e os aspectos socioeconômicos como atividades e opções de lazer na comunidade (para crianças, jovens e adultos), principais fontes de renda, tipo de relação entre os indígenas e a comunidade não indígena. A metodologia utilizada foi de entrevistas individuais com cada família, chamado pela extensionista da CATI de “Diagnóstico Lento Participativo” que é uma contraposição ao Diagnóstico Rápido Participativo e é caracterizado por ter uma escuta e tradução prévia antes do compartilhamento geral das informações de modo que atores que não são considerados lideranças consigam ter mais liberdade para se expressarem.

O diagnóstico aponta que os indígenas mudaram de forma substancial os seus hábitos alimentares nos últimos vinte anos. Alimentos naturais como carne de caça, galinhas criadas no quintal, mandioca, batata-doce, milho, abóbora e inhame deixaram de ser consumidos e foram introduzidos alimentos industrializados (SÃO PAULO, 2012). Essa alteração pode ter ocasionado casos de desnutrições. Serafim (1997) demonstrou por meio dos valores de hemoglobina um potencial de desnutrição de mais de 50% das crianças indígenas com menos de cinco anos que vivem na aldeia.

Aspectos culturais que influenciam o modo de manejo da agricultura também foram destacados no estudo. Os Guarani M’Bya consideram a terra onde estão instalados boa para o plantio de mandioca, cana e banana. Mas para garantir a fertilidade aproveitam cinzas da queima da floresta no manejo, método proveniente das características do sistema itinerante de agricultura, conhecido como “coivara”. Os pequenos fragmentos de florestas são derrubados e depois queimados e a produção nesses espaços ocorre por um período de dois a três anos, em seguida são deixados em pousio. No entanto, como a demarcação das terras não permite que ocupem mais grandes extensões territoriais, o sistema tradicional e a alimentação básica dos indígenas tem se fragilizado. Este fato também interfere no

calendário cultural e nos valores místicos associados ao cultivo do milho e ao uso do fogo. Por conta disso, no diagnóstico está recomendado que toda alteração ou introdução de novas formas de agricultura devem ser avaliadas com bastante cuidado.

Mesmo após três décadas de território já homologado, os Guarani M'Bya foram considerados como um grupo que enfrenta problemas graves para “assegurar sua alimentação e uma vida digna” (SÃO PAULO, 2012). Com o avanço da área urbana e das rodovias, a caça, que na cultura Guarani é uma importante fonte de alimentação, passou a ser cada vez mais escassa e o contato constante com os não-índigenas proporcionou o consumo maior de produtos industrializados. Os indígenas passaram a demandar mais roupas, eletrodomésticos, produtos de higiene pessoal e outros que causaram a necessidade de dinheiro para aquisição desses produtos.

Ao alinhar as expectativas culturais, sociais, econômicas e ambientais da comunidade, o Plano de Etnodesenvolvimento identificou as demandas prioritárias da aldeia (SÃO PAULO, 2012). Diante do resultado, a segurança alimentar foi o tema escolhido para direcionar a construção de ações detalhadas. Ou seja:

Houve consenso de que, conforme a previsão inicial dos projetos para os quais foi solicitado um detalhamento dos custos, a prioridade inicial de investimentos a serem solicitados para o Microbacias II deviam ser relacionados para a “agricultura de subsistência”, visando a segurança alimentar da aldeia” (SÃO PAULO, 2012, p. 8).

No plano também foi indicado oficinas de capacitação, conforme tabela 1.

Tabela 1. Plano de educação continuada – Aldeia Boa Vista, Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim Ubatuba (SP).

Tema da capacitação	Possíveis conteúdos	Carga horária	N. de participantes	Época de realização
Criação de galinha	Manejo de galinha caipira	8 h	30	2012-2013
Cultivo de pupunha	Plantio e manejo	8 h	30	2012-2013
Cultivo de hortaliças	Plantio e manejo	8 h	30	2012-2013
Artesanato	Capacitação	8 h	30	2012-2013
Artesanato	Visita intercâmbio	8 h	30	2012-2013
Produção de mudas	Produção e manejo	8 h	30	2012-2013
Flores tropicais	Produção, manejo e comercialização	16 h	30	2012-2013

Fonte: SÃO PAULO, 2012b.

Para a realização do Plano de Etnodesenvolvimento, CATI e Funai precisaram aprofundar as relações de cooperação. Para o entrevistado 1A o diálogo entre as duas instituições foi difícil já que a CATI tem uma formação técnica, uma visão de produção comercial muito voltada à agricultura empreendedora externa à lógica indígena. Enquanto a Funai tinha uma lógica de trabalho mais voltada a questões tradicionais, se limitando a atender pedidos de compras como o de ferramentas e sementes. O entrevistado 1A afirma que o exercício da construção do Plano de Etnodesenvolvimento trouxe uma reflexão também de que a Funai precisava mudar. Fez uma crítica ao modelo de trabalhar da instituição que funcionava com ausência de estratégia e de diretrizes e metas relacionadas aos indígenas, sem proposta técnica.

“Inicialmente teve alguns confrontos e embates entre nós, técnicos da CATI e Funai e foi acontecendo uma abertura ao diálogo onde soubemos levar melhor os temas, criar momentos mais saudáveis para envolver a comunidade e traçar os rumos das questões postas. Com esse trabalho que começamos a construir com a CATI a gente teve uma visão melhor de construção de projeto de empoderamento da Funai” (1A).

Após a conclusão dessa etapa, as instituições, incluindo a associação Tembiguaí, criaram o Projeto Comunitário de Segurança Alimentar e Geração de Renda que também constava como item necessário dentro do PDRS - Microbacias II. Entregue em 2014, o documento detalhava ações que seriam implementadas na aldeia e o valor total destinado que foi de R\$ 100.00,00 (Figura 10).

<p>Comunidade: Associação Tembiguaí</p> <p>Município: Ubatuba</p> <p>EDR: Pindamonhangaba</p> <p>Meta 1: Plantação de 5.000 pés de pupunha (<i>Bactris gasipaes</i> Kunth)</p> <p>Prazo estimado de conclusão: 6 meses</p> <p>Meta 2: Construção de 5 galinheiros e criação de 250 galinhas caipiras</p> <p>Prazo estimado de conclusão: 6 meses</p> <p>Meta 3: Implantação de Viveiro e Agrofloresta em 1,5 ha</p> <p>Prazo estimado de conclusão: 6 meses</p> <p>Meta 4: Implantação de cinco “Estufas Ubatubanas” de 110 m²</p> <p>Prazo estimado de conclusão: 6 meses</p> <p>Principal efeito e/ou impacto esperado: Aumento de segurança alimentar e geração de renda.</p> <p>Valor Total: R\$ 100.000,00</p> <p>Subvenções Cati: R\$ 99.000,00</p> <p>Contrapartida da Associação: R\$ 1.000,00</p>
--

Figura 10. Quadro resumo do Projeto Comunitário da Aldeia Boa Vista, Terra Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, Ubatuba (SP), para participação do PDRS – Microbacias II.

Fonte: SÃO PAULO, 2014a.

No documento consta o nome de dezoito indígenas beneficiários do projeto (SÃO PAULO, 2014a). O entrevistado 3A alega que todas as famílias foram consultadas e prevaleceu o nome de quem manifestou interesse em fazer parte do projeto. Na descrição do objetivo é abordado, por meio de referências bibliográficas, a problemática da segurança alimentar entre os Guarani, evidenciando que o modo

de vida e cultura desses povos, baseado nas relações com o meio e a cosmologia, é afetado pela nova configuração territorial e o contato com os não-indígenas, conforme demonstrado no Plano de Etnodesenvolvimento (SÃO PAULO, 2012). Foram quatro metas propostas, a saber: Meta 1: Plantação de 5.000 pés de pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth); Meta 2: Construção de 5 galinheiros e criação de 250 galinhas caipiras; Meta 3: Implantação de um Viveiro de 128 m² e Agrofloresta em 1,5 há; Meta 4: Implantação de cinco “Estufas Ubatubanas” de 110 m². As metas estabelecidas foram criadas com o objetivo de “proporcionar a segurança alimentar por meio da produção de alimentos com tecnologias de base agroecológica e fortalecer formas de geração de renda, contribuindo para a autonomia e inclusão social da comunidade indígena” (SÃO PAULO, 2014a).

No item 9 do projeto denominado “Efeitos e Impactos Esperados” consta que a geração de renda proveniente das metas voltadas para a segurança alimentar ajudaria os indígenas a terem melhor acesso a bens que precisam ser comprados fora da terra indígena, ao mesmo tempo que diminuiria a dependência de produtos externos e melhora a qualidade nutricional da alimentação dentro da aldeia. No aspecto cultural, é apontado que a prática de técnicas tradicionais de manejo resgataria a auto-estima e melhoraria a relação com os não-indígenas (SÃO PAULO, 2014a).

Para a meta 1, a de plantio de 5 mil pés de pupunha, está descrito que a partir do 3º ano poderiam ser colhidas as hastes de pupunha e ao serem vendidas no mercado local, proporcionariam uma renda de cinquenta a setenta e cinco mil reais por ano com base na estimativa de colheita de 5 mil hastes. Na meta 2, a criação de 250 galinhas poedeiras supriria 75% do consumo de ovos dentro da aldeia e após cerca de cinco anos o abate das galinhas diminuiria a necessidade da caça. O plantio de árvores frutíferas, da meta 3, após três anos supriria a necessidade completa da aldeia. E a estimativa da meta 4, a das “estufas ubatubanas”, era de que metade da demanda de produtos hortícolas da comunidade seria suprida. O item cita também a possibilidade da comunidade receber benefícios por serviços ecossistêmicos ao utilizar práticas sustentáveis de manejo (SÃO PAULO, 2014a).

No item 10, relacionado a gestão dos projetos, foram nomeados os gestores responsáveis. Entre eles, o cacique e mais dois indígenas que eram representante dos indígenas no Colegiado Estadual das Comunidades Indígenas (SÃO PAULO,

2014a). A execução ficou por conta das 18 famílias envolvidas, os extensionistas da CATI e os indigenistas da Funai.

Nessa mesma parte do projeto está descrito algumas ações para a sustentabilidade de cada proposta. Na meta 1 seriam utilizados corretivos e fertilizantes no solo devido à baixa fertilidade mas que leguminosas seriam implantadas de forma intercalada com a pupunha para não causar a dependência de insumos externos para aumento da produtividade ao longo dos anos. No caso da criação de galinhas, foi disponibilizada uma alimentação inicial para que ocorresse o processo de incubação das aves no novo ambiente. Entregues com 100 dias de vida e já vacinadas, a estimativa era que em 40 dias elas já atingissem 50% da produtividade de ovos. Nesse mesmo período de incubação foi apontado que seriam implantadas áreas com grama *coast cross*, rami e feijão guandu que serviriam de alimentação alternativa para as galinhas, diminuindo a dependência da alimentação externa. Para os sistemas agroflorestais, a meta 3, foi indicado o uso de planta adubadeira em substituição de insumos externos e preferência alimentar dos indígenas, bem como adaptação ao sistema e disponibilidade de mudas. Na meta 4, das estufas ubatubanas está descrito que o tamanho reduzido da estrutura (110 m²) tem um custo baixo e serviria mais para alimentação familiar (SÃO PAULO, 2014a).

Em relação aos atendimentos de assistência técnica e extensão rural, o projeto descreve visitas semanais por seis meses e continuidade das mesmas conforme acordo entre os envolvidos nas atividades. Também indica cursos de capacitação para otimizar a implantação das ações previstas.

No item 11, foi exposto o plano de atividade e cronograma da implantação e no 12 as aquisições necessárias para cada meta. No item 14 há a tabela orçamentária do projeto, totalizando o gasto geral de R\$ 100 mil para cumprimento das metas mencionadas (SÃO PAULO, 2014a). Para os entrevistados 1A e 2A, da Funai e da CATI, as escolhas do que foi colocado no projeto tiveram como base vários diálogos e ações que já tinham sido já tinha sido realizadas e que tiveram resultados positivos, principalmente nas experiências da Funai com a comunidade. Após conclusão da escrita do projeto, o documento foi enviado para aprovação na sede da CATI em Campinas. Com a aprovação, iniciou-se o processo de reembolso de valores para a compra de equipamentos e materiais para implantar as ações na aldeia.

3.4. Implementação do Projeto

A fase de execução do projeto foi iniciada no final de 2014. Para o entrevistado 1A essa fase teve como questão principal a dificuldade do indígena de trabalhar com aquilo que não é de conhecimento dele, no caso a questão burocrática em relação a disciplina com as notas fiscais, a regularização fiscal, a contratação de serviços, entre outras demandas. A Funai indicou um contador para apoiar o presidente da associação e viabilizar os procedimentos e a manutenção da regularização da associação. A prestação de contas, bem como os orçamentos necessários para cumprir com as regras do programa foi realizada por uma comissão de indígenas ligadas à associação, mas acompanhada de perto pela CATI e Funai. Houve muitas dificuldades com a liberação do dinheiro, que era realizada via reembolso: as notas das aquisições eram enviadas pela associação para a parte administrativa da CATI que cuidava do programa e na sequência o valor era enviado para a conta corrente da associação. Ou seja, os indígenas precisaram fazer acordos com os fornecedores para que eles aceitassem o pagamento somente depois de alguns dias após a venda porque eles não tinham renda para cobrir os gastos antes da chegada dos valores disponibilizados pelo programa.

Além dessa fase de compras, para a implementação de cada meta houve uma dificuldade diferente. No caso da plantação de pupunha, oito famílias se inscreveram, totalizando 675 mudas por família, mas uma das famílias desistiu de plantar (SÃO PAULO, 2014a). A que não conseguiu plantar foi porque demorou para fazê-lo e as mudas morreram. O entrevistado 2A explica que com o manejo adequado a pupunha em três anos poderá ser colhida e ser vendida nas feiras no lugar do palmito juçara e que depende muito do manejo das famílias, pois algumas roçam o plantio e outras não. Muitos começam a agir depois de ver o resultado positivo de alguém que já está fazendo, o que ele chamou de “difusão por inveja”. O entrevistado 3A também citou isso como um fator: quando uma família vê que esta dando certo para alguém, passa a se interessar; considera que esse é comportamento típico do ser humano.

O indígena, entrevistado 4A foi um dos que adquiriu a pupunha com a intenção de ter uma fonte de renda. Ele disse que antes vendia o ‘palmito jussara’, mas com a restrição da venda não pôde continuar.

“Eu cortava palmito para vender, às vezes ficava dois dias na mata e passava um dia inteiro na feira e não vendia nenhum. Com a proibição ninguém mais comprava. E então veio esse projeto da pupunha e vi que seria mais legal de plantar, porque não acaba, é cultivável, pode cortar e depois nascer de novo e inclusive é liberado no mercado para vender” (4A).

O entrevistado 4A afirma que mais da metade dos pés que pegou secaram e que plantou muito próximo da casa, mas que se arrependeu porque cresceram.

“Eu não limpei o terreno antes de plantar, então não aproveitei muito, agora tenho 200 e poucos pés e quero mais. Não tem resultado ainda mas até final de 2019 vai dar. Se tiver palmito pupunha para vender as pessoas compram bastante. Foi bom o projeto para mim” (4A).

O entrevistado 4A diz que outros indígenas não fizeram parte por falta de interesse, ou porque não tinham o espaço limpo, já que também o fato da aldeia estar localizada dentro de um parque há burocracia para limpar o terreno; precisa ter cuidado para limpar o espaço. No caso dos galinheiros, cinco foram construídos na comunidade. O entrevistado 3A conta que as famílias que se inscreveram para receber as galinhas ficaram com o galinheiro construído mas vazio por vários meses, algumas desistiram e ele teve que entrar como beneficiário para não perder.

“A pessoa arrumou ali mas ae demora demais vai crescendo mato de novo ae pessoa perde a paciência. Ae quando a galinha chega, ninguém esperava mais nada. Aconteceu também da pessoa receber as galinhas e ver que cuidar é complicado. O projeto é uma coisa, mas o que vai fazer depois é o problema. Depois que o projeto dá cada um tem que cuidar do seu problema” (3A).

Um dos principais pontos em relação à meta 2 foi a ração doada para alimentação das galinhas. Após o término do período de doação, as famílias tiveram dificuldades de alimentá-las. O entrevistado 5A, indígena, é um dos que pegou para criar mas reclama que não tem recurso comprar ração, que é muito caro para mantê-las. Conta que as galinhas tiveram uma pequena produção de ovos, que mata algumas das galinhas para comer e hoje elas ficam soltas no quintal. Afirma também que achou bom o projeto, mas que gostaria de ter mais ração para alimentá-las.

As espécies de árvores frutíferas foram plantadas conforme o pedido dos indígenas. O entrevistado 2A afirmou que alguns tinham resistência em aceitar a

assistência técnica durante o plantio, mas que conseguiram cumprir a meta de plantá-las.

Em relação às estufas, o entrevistado 6A, também funcionário público da CATI, foi o responsável em auxiliar os indígenas que se inscreveram dentro dessa meta. Até o momento da pesquisa de campo, duas estufas tinham sido construídas. Segundo o técnico, outras duas deixaram de ser construídas porque os indígenas não cumpriam o acordo de encontrá-lo na data e hora marcada para trabalharem juntos e também não limpavam o terreno. A indígena entrevistada 6A instalou a estufa próxima da casa; plantou algumas mudas de tomate e alface, mas não deu continuidade porque não conseguiu ajuda da família para limpar o espaço onde ficava a estufa, além disso como trabalhava na escola da aldeia como cozinheira não tinha tempo de cuidar.

3.5. Resultados, Percepções e Recomendações

Para o entrevistado 1A o objetivo do trabalho para além do cumprimento das metas era conseguir que a comunidade alcançasse uma autonomia maior na atuação dos projetos mas que houve uma frustração devido aos percalços que ocorrem no processo, como a liberação das etapas do projeto que não ocorreram da forma programada.

“Vários fatores como burocracia, organização do cronograma da CATI, emperramentos do Banco Mundial, crise e enfraquecimento do governo do Estado que não garantiu o suporte esperado, entre outras. Mas, na minha percepção, hoje eles estão mais empoderados com relação a produção” (1A).

O entrevistado 1A afirma que a dificuldade maior foi mesmo a questão da burocracia, a exigência da regularidade fiscal, não porque eles não têm capacidade, mas por causar ônus aos indígenas. Em relação ao ganho diz que:

“Eu tenho para mim que foi uma junção muito boa essa do extensionismo rural com o indigenismo; hoje somos até grandes amigos, temos vínculo profissional e pessoal, além de uma aproximação e respeito muito grande pela questão indígena de ambos os lados” (1A).

A recomendação do entrevistado 1A é que a Funai continue atuando em atividade de assistência técnica para dar continuidade a essas ações.

“Somos técnicos formados para trabalhar com a questão indígena e antigamente também tinha formação técnica em agricultura, mas hoje não temos esse conhecimento reciclado. Precisamos ter essa interligação, o diálogo com uma empresa de extensão rural de forma permanente para que venha atender as necessidades dessa comunidade indígena nas áreas de produção de alimento e práticas de comércio justo” (1A).

Em sua percepção é primordial que o programa seja implementado via política pública contínua.

“Mas a perspectiva do governo atual não é muito boa porque as questões não estão sendo discutidas em cima da preservação de direitos. Nós estamos partindo para um mundo que daqui 30 anos terá tanta gente que pode faltar alimentos; por isso temos que pensar em ter novos modos de produção, de manejo mas para isso é necessário que tudo seja discutido com diálogo com quem está construindo isso há anos. A gente tem hoje a construção de um diálogo de ódio que é complicado. Não se constrói nada dessa forma” (1A).

Para o entrevistado 2A, a percepção é que houve uma aproximação com a Funai:

“[...] antes era cada um pro seu lado e hoje, na medida do possível, a gente trabalha junto” (2A).

Em relação a questão da burocracia para regularizar e manter a associação funcionando legalmente ele afirma que todos sabem que é uma construção com grande dificuldade; por outro lado, foi uma contribuição muito grande de estarem envolvidos junto com os indígenas nesse processo.

“Para atender a burocracia é preciso enquadrar a associação e isso demanda energia e tempo dentro do processo. Precisa ter um recurso para um período de incubação porque para manter a associação funcionando há custos e isso precisa ser pensado também para os indígenas” (2A).

Para os impactos do projeto terem mais qualidade, o entrevistado 2A indica que é preciso ter continuidade.

“A nossa sociedade quer o rápido... mas é com o lento que você constroi qualidade. Algumas coisas nesse projeto demoram como chegar a ter a associação funcionando, depois de vencido esse limitante é quando se começa a construir. Sem esse limitante as outras coisas fluem” (2A).

O entrevistado 2A coloca a aproximação entre CATI e Funai como destaque e afirma que apesar de ser sutil, considera importante a oportunidade de ter mais convivência com os Guarani para conhecer mais a cosmovisão deles, já que há diferenças entre caiçaras e indígenas e por isso se preocupa com o fato do projeto não ter continuidade.

“Em dez anos deu para avançar bastante. Enxergamos os limitantes e agora a coisa flui mais fácil mas ae o trabalho é interrompido. No caso das ONGs as comunidades reclamam muito porque há interrupções devido ao fato de ser necessário captar recursos. Então no caso, por ser um projeto do Estado essa descontinuidade não teria, estaríamos em um patamar diferente para chegar a ter uma evolução do projeto, só que não” (2A).

O entrevistado 3A conta que a além de presidente da associação teve que entrar como beneficiário do projeto por conta de que algumas famílias desistiram mesmo quando já estava prestes a acontecer.

“[...] mas a experiência é muito bom. Quando você tem o projeto na mão certinho, a gente fica feliz também. Porque comunidade não tem paciência é só isso que eu tenho que falar porque realmente, como o projeto é grande, é complicado fazer tudo de uma vez” (3A).

Segundo ele, também não adianta ser qualquer projeto, que tem que ser projeto bom. Porque acontece de investir tempo, perder o momento e no final não produzir nada.

“Esse é nosso medo do projeto. Se esforçar e depois não tem nada. Mas o projeto da CATI é bom, vai dar fruto. A gente escolheu as plantas para trazerem e teve algumas que não conheço, mas quando crescer a gente vai conhecer. A gente vai trocando experiência. A gente teve mais segurança alimentar. Para mim comida é assim, eu tenho a galinha ae eu mato, e como com banana, para mim isso é comida, não tem problema não. Cada um tem sua ideia de como vender, cada família tem o jeito de vender dela. É como dizem esta na época de internet o pessoal pesquisa também e cada um desenvolve do seu jeito” (3A).

Sobre continuar ele diz que é preciso consultar a comunidade porque não decide sozinho.

“Sem consulta a gente não faz. Porque prioridade é para comunidade, não é para a pessoa. Um projeto pessoal seria se você tivesse dinheiro, mas o dinheiro é dos outros e a gente tem que fazer por onde. Mas o dinheiro do governo tem que vir certinho. O maior problema é a questão da demora. Pode demorar cinco anos para sair mas tem que sair tudo de uma vez e não um pedacinho aqui e outro ali, demorando bastante tempo, tipo dez anos” (3A).

Em relação à manutenção do que foi construído pelo projeto, o entrevistado 3A explica que depende de cada família. Como o projeto foi diferenciado, ou seja, cada família escolheu o que queria fazer então cada família é responsável pelos resultados que obtiver.

“A avaliação depende de cada pessoa também, porque cada um tem um interesse. Sempre falo na reunião que quem quer vai cuidar, mas quem não está preocupado não vai. Depende de cada um também” (3A).

O entrevistado 3A afirma também que o projeto não interfere na cultura da comunidade.

“A ideia é sempre unir. Se melhorou igual não tem problema nenhum. Coisa nova é importante para nós também, para ter conhecimento. A gente não está aqui parado no tempo. Na aldeia não tem laboratório, mecânica não tem mesmo porque a gente não pensa em criar na aldeia uma fábrica, mas com o tempo, séculos mais séculos como vai ser isso ae a gente não sabe. Mas a tradição a gente não perde. O projeto é uma coisa que nos coloca para gente manter a sobrevivência, mas não mudam nossas tradições. Por exemplo, vai ser sempre perguntando para a espiritualidade se fazemos ou não, isso não muda” (3A).

3.6. Considerações Finais

No contexto de produção rural, o paradigma da Agroecologia tem sido apontado como caminho viável em contraposição ao modelo moderno conservador, que tem causado danos sociais e ambientais no meio rural, em especial, para os agricultores familiares. A agrofloresta, como forma de manejo agroecológico baseado em conhecimentos tradicionais, se apresenta como ferramenta de fácil assimilação pelas comunidades indígenas e por isso tem sido utilizada em experiências de extensão rural em terras indígenas. Os resultados das pesquisas apontam para

aumento da segurança alimentar principalmente quando as frutíferas são plantadas próximas às residências. Essas evidências estão em consonância com o projeto comunitário implantado na aldeia Boa Vista, que, apesar de ser recém implantado, é considerado por um dos líderes da aldeia como bom e que dará frutos.

O tema da regularização das terras indígenas no país continua sendo uma das questões centrais na luta pela sobrevivência física e cultural dos povos. Conforme apontado pelos entrevistados, essa premissa foi um dos pontos mais polêmicos no início das conversas sobre a implantação da estratégia PDRS - Microbacias II direcionada a esses povos. A demarcação de terras indígenas no Brasil continua a ser um processo lento. O povo Guarani enfrenta problemas relacionados a especulação imobiliária no Estado mais populoso do país, o que interfere no acesso à políticas públicas. Conforme evidenciado também por Amado (2014), essa questão é uma das principais no entrave às ações relacionadas ao “desenvolvimento” adotado pelo governo brasileiro, conforme já apontado no capítulo anterior.

A dificuldade do atendimento às exigências burocráticas, além de ser claramente apontada pelos entrevistados na CATI e Funai e pelos indígenas, é indicada também como desafio do programa na revista agrícola da “Casa da Agricultura” (MORAES, 2018), na qual o extensionista da CATI, responsável pela coordenação das Salvaguardas Sociais do programa, afirma ter existido dificuldade na regularização jurídica das associações com requerimento de “habilidade no campo jurídico-contábil-administrativo, envolvendo a elaboração/atualização de estatutos, realização de assembleias de eleição de diretorias e registro de toda a documentação em cartório.” Apesar de ter tido a associação regularizada, os indígenas Guarani M’Bya não evidenciam esse fator como resultado de destaque do projeto. Nesse sentido, o processo de empoderamento e autonomia em relação ao funcionamento da associação pode não ter avançado muito.

O aparecimento de associações indígenas é assunto do estudo realizado por Albert (2000), que aponta um *boom* de Organizações Comunitárias (OCs) a partir dos anos 90 dentro de um contexto chamado por ele de etnicidade dos resultados, em que a identidade indígena fica como pano de fundo de um objetivo maior relacionado ao acesso ao mercado por meio de projetos criados via políticas públicas de viés sustentável. Essas associações criadas como ferramenta para a

geração de renda, presididas por jovens da aldeia, como foi o caso da aldeia Boa Vista, criam outro papel de legitimidade na comunidade, além do cacique. No entanto, é um trabalho não remunerado que, devido a sua complexidade, não é mencionado como agradável pelos indígenas Guarani M`Bya.

A demora para a execução das ações foi assunto de queixa dos indígenas e também apontado na pesquisa de Silva et al. (2018), que coloca as constantes mudanças nas regras do programa, também evidenciada na fala do entrevistado 1A, como causa do atraso do planejamento e execução do programa.

Conforme as entrevistas realizadas, os resultados de geração de renda não foram ainda contemplados, o que demonstra que o período de dez anos não é suficiente para ter retorno financeiro em programas como esse, reforçando a importância da continuidade e de programas de longo prazo. A dificuldade de manter as atividades de subsistência e de geração de renda que chegam na aldeia por meio de um órgão externo às comunidades indígenas são apontados também por Pörsch et al. (2013), que trabalhou com Kaigangs no Rio Grande do Sul, e os pesquisadores Rodrigues e Nishikawa (2007), que trabalharam com também com indígenas Kaigang e Krenak na aldeia Vanuíre, em São Paulo. Assim como as conclusões apresentadas por eles, os resultados da implantação das metas do projeto de segurança alimentar e geração de renda da aldeia Boa Vista em que parte das famílias não participaram das ações e muitas deixaram de realizá-las ao longo dos meses, como a manutenção do viveiro e a criação das galinhas, não alcançaram os resultados numéricos previstos.

A expectativa está nos frutos advindos da plantação de frutíferas da agrofloresta e da venda da pupunha ainda em crescimento. Os resultados em relação aos galinheiros, viveiros e estufas apontam para a sustentabilidade curta das ações após a fase mais intensa de atuação da extensão rural e pode estar relacionada ao fato que a introdução de práticas agrícolas não tradicionais demanda tempo para serem incorporadas, necessitando acompanhamento mais intenso. A qualificação dos extensionistas da CATI para atuarem no projeto foi realizada também sob a perspectiva da agroecologia, que em sua definição, conforme estudo de Caporal e Costabeber (2004), engloba o manejo ecológico por meio de uma articulação do saber local com o conhecimento científico para a implementação de sistemas agrícolas capazes de promover biodiversidade ecológica e diversidade

cultural. Nesse sentido, podemos considerar que as metas mais próximas desse conceito (plantação de pupunha e agrofloresta com plantação de frutíferas) são as de maior potencial em relação a uma sustentabilidade de médio e longo prazo.

Para as duas instituições estatais envolvidas, CATI e Funai, a aproximação dos profissionais foi benéfica e citada como grande ganho não só profissional, mas também pessoal. Houve percepções que ampliaram o entendimento do trabalho com a comunidade indígena dentro do contexto atual e indicam maior experiência para aplicação de melhorias em futuros projetos no mesmo sentido. No entanto, a descontinuidade do programa desanima os funcionários públicos e compromete os resultados iniciais dos projetos.

4. PROJETO DE FORTALECIMENTO CULTURAL COM TURISMO EM COMUNIDADE GUARANI, ALDEIA ITAOCA TUPI, MONGAGUÁ (SP)

Este capítulo trata das ações realizadas na aldeia Itaoca Tupi, da etnia Guarani Nhadeva, dentro do âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (PRDS): Microbacias II, Acesso ao Mercado. Conforme as normas estabelecidas, a comunidade passou por um diagnóstico detalhado no Plano de Etnodesenvolvimento e em seguida foi elaborado um projeto comunitário com foco na geração de renda e fortalecimento cultural. O objetivo desse capítulo é apresentar as concepções do projeto, a implantação, a percepção dos atores sobre o processo e os resultados alcançados. O capítulo foi dividido nos seguintes subitens: revisão bibliográfica sobre turismo em terras indígenas; caracterização geográfica; construção do “Projeto Comunitário de Fortalecimento Cultural e Geração de renda”; implementação do projeto e rede sociotécnica; resultados, percepções e recomendações; e considerações finais.

4.1. Turismo em Terras Indígenas

Com a revalorização do mundo rural advinda da intensificação das preocupações com o meio ambiente a partir da década de 70, as pessoas do meio urbano passaram a buscar no turismo rural uma forma de aproximação com a paisagem natural que lhes trouxesse uma experiência diferente do seu dia a dia. Sendo imprescindível a conservação do ambiente cultural e natural da região visitada, o turismo passou a ser tratado então como estratégia de desenvolvimento rural por possibilitar também avanços econômicos e criar mercado para produtos regionais (FARESIN; HAAG, 2017).

Com o avanço desse interesse, as políticas públicas que fomentavam megaempreendimentos hoteleiros passaram a ser criticadas a medida que causavam impactos sociais e ambientais irreparáveis nas localidades. Nesse contexto, surge o turismo de base comunitária. Para Maldonado (2009), o turismo comunitário se distingue por sua dimensão humana e cultural ao incentivar o diálogo e encontros interculturais na perspectiva da troca de conhecimentos dos diferentes modos de vida. O autor, que também utiliza o termo Turismo Rural Comunitário (TRC), afirma que é uma modalidade para um nicho de mercado direcionado a viajantes que

buscam experiências pessoais originais. Entre os fatores que deram origem a esse tipo de turismo, o autor cita as estratégias políticas do movimento indígena e rural para preservação dos seus territórios ancestrais na América Latina.

Com a aceleração da globalização, os interesses pelo controle dos cobiçados recursos naturais que agregam tais territórios aguçados, alcançando níveis dramáticos em determinados casos. Nos “planos de desenvolvimento” impulsionados por vários governos, colonizadores de “novas terras”, grandes consórcios de extração de recursos florestais, mineradores e petroleiros, empresas de exploração agrícola e pecuária têm invadido territórios dos povos nativos. Desta forma tem-se violado o direito de propriedade, assim como os direitos de consulta prévia e bem informada dos povos indígenas, segundo a Convenção nº 169 da OIT, ratificada pela maioria dos países da região (MALDONADO, 2009, p. 25).

Os povos indígenas, reconhecidos mundialmente por suas características específicas, devem ter garantidas a proteção e a valorização dos seus patrimônios por agregar ao legado universal mais riqueza e biodiversidade, considerando que “a diversidade cultural para a humanidade é tão essencial como a diversidade biológica é para os organismos vivos” (MALDONADO, 2009, p. 29).

Contribuição dos povos indígenas à diversidade bio-cultural mundial

Representam 5% da população mundial

Detém 80% da diversidade cultural do planeta

Conservam 80% da diversidade biológica do mundo em seus territórios

Cultivam 65% das espécies vegetais consumidos no mundo

60% dos medicamentos a base de plantas foram descobertos graças aos seus conhecimentos ancestrais (xamãs)

Figura 11. Contribuição dos povos indígenas à diversidade bio-cultural mundial.

Fonte: UNITED NATIONS (2002) *apud* MALDONADO, 2009, p. 29.

No contexto nacional, o Ministério do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2007) relacionou o turismo de base comunitária à segmentação da atividade turística contemplada dentro do Plano Nacional de Turismo. No documento está especificado que o modelo de desenvolvimento então proposto pelo governo contemplava a harmonia entre o crescimento do mercado, a distribuição e a redução das

desigualdades sociais. Dessa forma, coloca o turismo como importante ferramenta para a erradicação da extrema pobreza e garantia da sustentabilidade ambiental.

Este tipo de organização e oferta do produto turístico possui elementos comuns como a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor (SILVA et al., 2009).

A partir da década de 90, conforme especifica Sansolo e Bursztyn (2009), o turismo também passou a ser contemplado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário como uma das atividades não agrícolas com potencial para a geração de renda aliada à conservação ambiental e à valorização cultural. No entanto, não há planos, programas, diretrizes ou metas relacionadas diretamente ao segmento de turismo em terra indígena. Jesus (2012) indica que algumas ações aconteceram no âmbito da Política Nacional de Ecoturismo elaborada em 1994, que tinha como objetivo a inclusão dos povos indígenas. No entanto não houve uma sequência no atendimento aos grupos interessados no segmento.

Ou seja, existe uma informalidade estabelecida, primeiro pelas políticas públicas incipientes, segundo pela falta de diretrizes e legislação específica que deem conta de responder e regularizar os territórios e grupos indígenas. As comunidades ficam segregadas e, de certa forma, incapacitadas de buscar apoio logístico e financeiro para desenvolver projetos de turismo indígena, sobretudo, por não serem regulamentadas” (JESUS, 2012, p. 6).

Em seu estudo comparativo a partir de uma pesquisa de doutorado entre os Kadiwéu (Mato Grosso do Sul) e os Maori (Ilha Norte, Nova Zelândia), o autor aponta que o turismo indígena em terras Maori vem possibilitando a constituição da (re)tradicionalização desse povo e para a implementação de uma atividade turística positiva nas terras Kadiwéu é imprescindível a gestão participativa envolvendo toda a comunidade indígena (JESUS, 2012).

Lima e Coroliano (2015), que afirmam que o turismo cultural é sempre étnico, estudaram o turismo comunitário nas terras indígenas no estado do Acre, com foco no Festival de Cultura Indígena Yawanawá e também enfatizam que o envolvimento da comunidade em todas as fases de estruturação é primordial para o sucesso da

atividade. No entanto, os autores fazem a ressalva de que, apesar dos festivais culturais terem construído com a valorização da comunidade, os riscos dos prejuízos do turismo ao território são atenuados por ser um evento anual. Um dado a ser considerado conforme a característica de cada aldeia.

Leal (2007), em uma abordagem antropológica sobre o turismo em terra indígena, defende que não se pode subestimar a capacidade de gestão da comunidade no desenvolvimento turístico em seus territórios, haja visto o exemplo da inauguração em 2000 do hotel Tataquara pela Cooperativa Mista de Produtores e Extrativistas (Campealta), na região de Altamira, no Pará, composta por 1400 indígenas.

Grunewald (2001; 2003) também aponta a experiência dos indígenas Pataxo, que habitam a Reserva Indígena da Jaqueira, no município de Coroa Vermelha, Bahia, como positiva. Nesse caso, os indígenas criaram uma associação com o propósito de atender a essa demanda e realizar parcerias com empresas turísticas para transporte até o local. O pacote oferece para os visitantes, trilhas ecológicas, palestras sobre hábitos e costumes, contato com o pajé e degustação de pratos tradicionais.

Em estudo sobre a apropriação do espaço pela prática turista em terras indígenas, Lustosa e Almeida (2011) apontam que os povos Jenipapo-Kaninde que ofertam o turismo em suas terras por meio de um projeto de auto-gestão em parceria com Redes de Turismo Comunitário, não vivem conflitos internos diferentemente das comunidades de Tremembé de Buriti e de Sítio São José, que tem os seus interesses transpostos pelos os dos investidores do "Novo Atlântida" Projeto Cidade Turística e Residencial que se instalou em suas terras.

Brito (2009), em um estudo a partir da observação realizada em visitas a eventos turísticos, além da pesquisa bibliográfica, também aponta o turismo como um aliado dos povos indígenas, ao divulgar a cultura e possibilitar a geração de renda dentro da aldeia.

Apesar de ser uma prática que já acontecia anteriormente, em 11 de junho, 2015, a Funai, por meio da Instrução Normativa Nº 3, estabeleceu normas e diretrizes para o etno e ecoturismo em Terras Indígenas como parte da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). A

regulamentação prevê apoiar as iniciativas conforme a decisão da comunidade e também promover, quando necessário, estudos e diagnósticos de impactos socioambientais além de qualificação e formação das comunidades para estarem à frente da gestão das atividades. Dessa forma, passou a ser obrigatório o Plano de Visitação redigido pela comunidade. Em um evento no dia 18 de julho de 2019 promovido pelas ONGs Guarupa e Instituto Socioambiental (ISA), em São Paulo, um indígena Guarani, da Terra Tenodé Porã, afirmou que o objetivo do turismo nas aldeias não é só renda mas também a formação de pessoas contra preconceitos e estereótipos (ALMEIDA, 2019; FUNAI, 2015; 2019).

Neste sentido, os estudos realizados sobre a temática do turismo de base comunitária em terras indígenas e os novos desdobramentos nas diretrizes das políticas públicas voltadas à esses povos, indicam que a atividade pode resultar não só em geração de renda para as aldeias, mas também em um forte instrumento de fortalecimento cultural e político das comunidades em seu relacionamento com a comunidade não-indígena, com a ressalva de que o envolvimento participativo dos indígenas no processo do planejamento turístico seja totalmente considerado.

4.2. Caracterização Geográfica

A Terra Indígena Itaoca Tupi está situada no entorno do Parque Estadual da Serra do Mar, no município de Mongaguá, litoral sul paulista. A distância da Escola Estadual Indígena Sol Nascente, que está na entrada da aldeia, até a cidade é de 9,5 km, com 7 km de estrada pavimentada e 2,5 de estrada de terra. Demarcada, a terra possui 533 ha e duas aldeias com povos distintos; os Guarani Nhadeva (também chamados de Tupi) e os Guarani M`Bya.

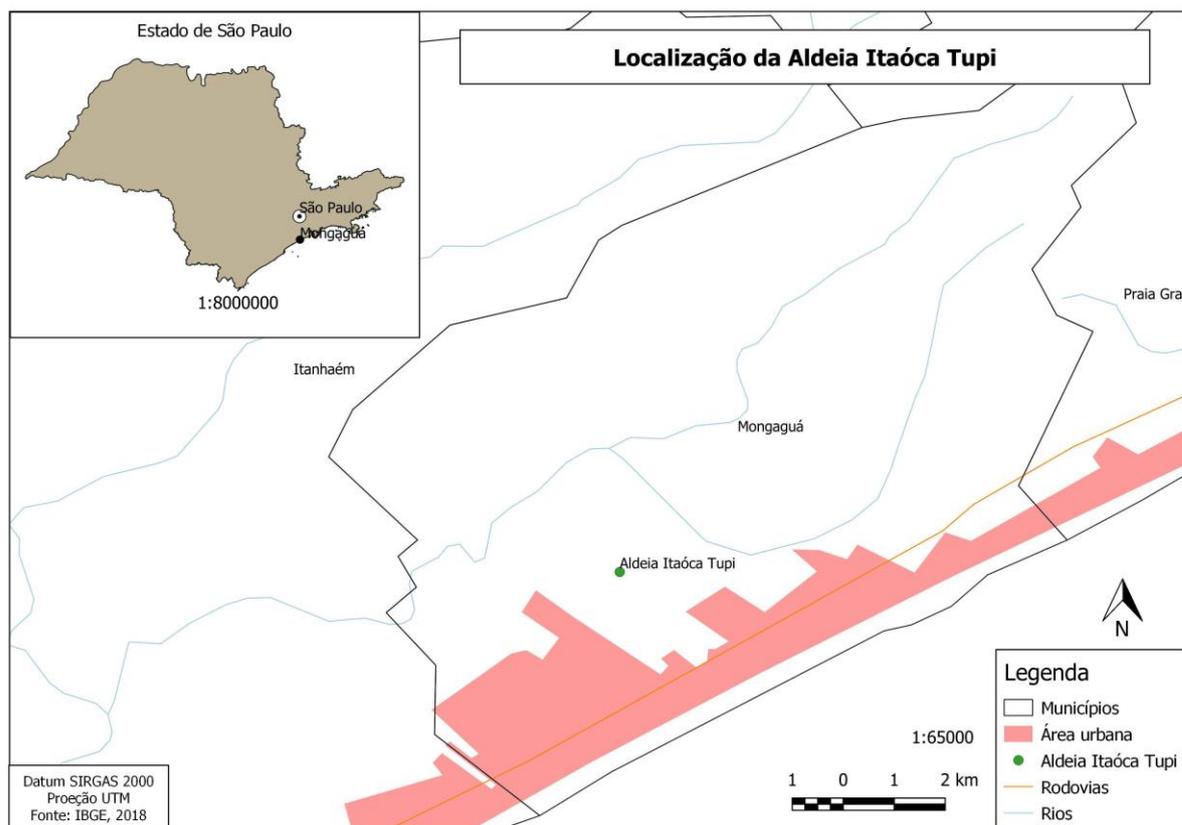


Figura 12. Localização geográfica da Aldeia Itaóca Tupi, localizada no município de Mongaguá (SP).

Fonte: Própria



Figura 13. Centro de recepção turística da Aldeia Itaoca Tupi, Terra Indígena Itaoca Tupi, Mongaguá (SP).

Fonte: Própria



Figura 14. Casa de família indígena da Aldeia Itaoca Tupi, Terra Indígena Itaoca Tupi, Mongaguá (SP).

Fonte: Própria

4.3. Construção do “Projeto de Fortalecimento Cultural e Geração de Renda” por meio do turismo



Figura 15. Linha de tempo da implantação do PDRS – Microbacias II na Aldeia Itaoca Tupi, Terra Indígena Itaóca Tupi, Mongaguá (SP).

Fonte: Própria

A homologação das terras como pré-requisito para participar do PDRS - Microbacias II também causou divergências de opiniões entre os funcionários da CATI e Funai que trabalharam na implantação do projeto na Aldeia Itaoca Tupi. A realização do Plano de Etnodesenvolvimento e da criação da associação dentro da comunidade aconteceu entre maio de 2011 a junho de 2012. A cronologia das atividades realizadas durante todo o processo estão representadas na figura 15. O início da conversa com os indígenas da aldeia foi por meio da apresentação dos extensionistas da CATI pelos indigenistas da Funai com exposição das regras do programa. As atividades seguiram conforme figura 16 abaixo.

Data	Local	Atividade	Objetivo	Resultados
27/05/2011	Escola Sol Nascente	Reunião com os indígenas	Apresentação dos extensionistas da CATI aos indígenas por indigenista da Funai e exposição das regras do PDRS – Microbacias II	Início dos trabalhos do PDRS – Microbacias II na aldeia
02/06/2011	Aldeia Tupi	Aplicação da linha do tempo e do Diagrama de Venn	Coletar informações sobre a construção da aldeia e relações com órgãos governamentais e não-governamentais	Maior conhecimento sobre a construção da aldeia e relações com órgãos governamentais e não-governamentais
15/02/2012	Escola Sol	Palestra sobre	Informar sobre	Ambas as etnias

	Nascente	associativismo para as etnias Guarani M'Bya e Tupi	importância e decidiram pela procedimentos para o constituição de associativismo associações
29/02/2012	Escola Sol Nascente	Reunião com a etnia	Definir modelo de Indígenas mais estatutos e nome da informados sobre o associação; compor associativismo diretoria; coletar dados pessoais dos associados e estabelecer valor da anuidade a ser cobrada
07/03/2012	Escola Sol Nascente	Reunião com a etnia Tupi	Definir modelo de Definição para a estatutos e nome da criação de uma associação; compor associação diretoria; coletar dados pessoais dos associados e estabelecer valor da anuidade a ser cobrada
14/03/2012	Escola Sol Nascente	Reunião com a etnia Tupi	Assembleia de Associação em vias constituição da de constituição Associação Indígena Tapé Porã
19/03/2012	Aldeia da etnia Tupi	Reunião com a etnia Tupi	Coleta de assinaturas Finalização da coleta dos indígenas que de informações para o faltaram à reunião plano e da coleta de anterior e coleta de assinaturas para informações para formalização da elaboração do plano de criação da associação etnodesenvolvimento
20 e 21/03/2012	FETICOM – Mongaguá	Palestras e reuniões	Posse dos Colegiados Fortalecimento da Indígena e Quilombola dinâmica de ATER na para o Microbacias II, Aldeia elaboração e aprovação do Regimento Interno para os Colegiados
28/03/2012	Escola Sol Nascente	Reunião com os indígenas da etnia Tupi	Coleta de informações Finalização da coleta para a elaboração do de informações para a plano de elaboração do plano etnodesenvolvimento
13/04/2012	Cartório Civil de	Registro	Registro do estatuto da Formalização da Associação Indígena Tupi criação da associação

Tributos e Documentos de Mongaguá		Tapé Porã		
17/04/2012	Aldeia Tupi	Levantamento dos pontos críticos da estrada de acesso à aldeia, coleta de dados e realização de fotografias	Observação e entrevistas	Complementação de informações para a elaboração do plano
04/06/2012	Aldeia Tupi	Apresentação do plano de etnodesenvolvimento em reunião	Validação do plano de etnodesenvolvimento	Incorporação de mudanças e aprovação do plano
27/06/2012	Aldeia Tupi	Coleta de assinaturas e documentação para obtenção do C.N.P.J. – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica para a associação	Obtenção do CNPJ	Obtenção do CNPJ

Figura 16. Relação das atividades realizadas com os indígenas da etnia Tupi para a elaboração do Plano de Etnodesenvolvimento.

Fonte: SÃO PAULO, 2011b.

Para a construção da associação, os integrantes da equipe da CATI e Funai convidaram um profissional do Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA) que realizou uma primeira palestra com os indígenas sobre associativismo e posteriormente duas reuniões para leitura do estatuto e coleta de assinaturas dos integrantes da entidade, acompanhando a formalização da mesma junto ao cartório. No dia 13 de abril de 2012, a Associação Tupi Tapé Porã foi formalizada no cartório em Mongaguá.

Para o entrevistado 1B, funcionário público da Funai, a obrigatoriedade da associação faz com que haja uma mudança na organização social dos povos indígenas devido ao processo iniciado para participar do programa.

“A própria Receita Federal reconhece grupos tradicionais organizados que não necessitam de CNPJ. Há aldeias onde se tem

dificuldade de falar português. É uma distância muito grande da burocracia. Acaba que a Funai e a prefeitura toma conta, os documentos ficam aqui e a gente faz “vaquinha” para pagar as contas” (1B).

A indígena, entrevistada 2B, representante da associação, afirma que sempre tiveram vontade de montar uma associação porque é uma exigência que aparece nos projetos.

“Era um desejo nosso porque quase todos os projetos pediam uma organização. Então através do projeto a gente conseguiu. Colocamos conforme o que a gente queria. Como a eleição que foi colocada para acontecer no tempo que a gente achou melhor, elaboramos juntos, não teve problema” (2B).

A entrevistada 2B, juntamente com a entrevistada 3B, também indígena, diz que a associação veio para ajudar o cacique porque muitas vezes o cacique tinha que resolver tudo e com a associação acabou dividindo as tarefas. O cacique era o único articulador da aldeia, mas o conjunto de lideranças formado também pelos membros da associação fortalece e ajuda na distribuição de responsabilidades, cada um ajuda um pouco. O cacique tinha mais contato com a Funai para fazer o plantio e quando veio a CATI desenvolver o projeto, os indígenas que passaram a ser membros da associação tiveram mais autonomia de articular, colocando ideias do que comprar e fazer com o recurso.

As entrevistadas indígenas (2B e 3B) confirmam que foi muito positiva a criação da associação, porque ajudou a comunidade a “desafogar” o cacique.

“Quando chegou com isso de ter a associação foi um aquele susto. O que vai fazer? Por onde começar? Qual a função de cada um? Eu vou fazer o que? Só assinar papel? A gente não sabia de nada e a CATI promoveu essa capacitação e através do curso a gente abriu um pouco a visão, teve entendimento” (2B).

O entrevistado 4B, funcionário público da prefeitura de Mongaguá, informou que junto com outro profissional do Instituto Cooperativismo e Associativismo (ICA) estava criando a associação, mas que os técnicos da Funai não acreditavam que os indígenas pudessem trabalhar com associação, mas eles sim.

“Discutimos com os indígenas o que eles queriam no estatuto. Eles decidiram trocar a diretoria a cada quatro anos. Em 2016 teve a segunda eleição. Uma vez que a associação foi montada, nós

falamos para os indígenas que eles vão conseguir captar recursos de outros órgãos, estaduais e federais” (4B).

Para a realização do Plano de Etnodesenvolvimento, os técnicos da CATI dividiram o trabalho de coleta de dados em duas etapas. Na primeira, utilizaram duas ferramentas indicadas dentro dos procedimentos do Diagnóstico Rural Participativo, a Linha do tempo e o Diagrama de Venn (SÃO PAULO, 2011b). Na sequência realizaram reuniões com os integrantes da aldeia, com a presença do cacique e um ou dois indigenistas da Funai.

Para obtenção das informações, houve a orientação para que os indígenas contemplassem o desenvolvimento de atividades e projetos que já estão em curso e que necessitam de aperfeiçoamento para a sua consolidação ou que promovessem o fortalecimento cultural da aldeia ou melhorias na segurança alimentar, saneamento ou outros aspectos estruturais. Fez-se ainda, entrevistas com pessoas chave para a obtenção de informações complementares (SÃO PAULO, 2011b).

O Plano de Etnodesenvolvimento continha ainda a caracterização da infraestrutura da aldeia, caracterização socioeconômica dos indígenas, histórico de construção da aldeia, relação dos indígenas com órgãos governamentais e não governamentais e, na última parte, foram descritas as “ações a serem desenvolvidas para a promoção do desenvolvimento socioeconômico” (SÃO PAULO, 2011b). As ações foram apontadas pelos indígenas e desenvolvidas em cinco partes, a saber: Organização; Geração de renda; Segurança alimentar; Fortalecimento cultural; Melhorias estruturais e Integração regional.

Na parte de organização, foi apontada a criação da associação, capacitação para a gestão da associação, apresentação de palestras sobre relações interpessoais, obtenção do CNPJ. Para a geração de renda foram apontados curso de aperfeiçoamento de confecção e apoio à comercialização do artesanato, estudo de mercado participativo em relação ao artesanato, ponto fixo de comercialização em Mongaguá, participação em eventos oficiais como festas e feiras, confecção e comercialização de camisetas com motivos indígenas (construção de oficina, capacitação e aquisição de equipamentos), fortalecimento do turismo (capacitação e aquisição de materiais), implantação de viveiro para produção de mudas (capacitação: curso e assistência técnica), plantio da palmeira pupunha (Capacitação

e aquisição de mudas). No quesito "Segurança Alimentar" foram indicadas a implantação de horta escolar, a sensibilização dos agentes da prefeitura para cardápio participativo na alimentação escolar e implantação de horas e pomares familiares. Na parte de "Fortalecimento Cultural" foi apontada a construção de uma Casa de Cultura e a capacitação para o cultivo de ervas medicinais. Por fim, foram descritos as "Melhorias Estruturais" como estradas de acesso, a reforma de banheiros e fossas e construção de moradias.

O Projeto Comunitário da aldeia Itaoca Tupi, procedimento seguinte após o término do Plano de Etnodesenvolvimento, indicou a atividade de fortalecimento cultural, relacionada a construção do centro de cultura como a ação a ser desenvolvida pelo programa do Microbacias II. As áreas que viriam a atendidas foram classificadas como 'fortalecimento cultural', 'infraestrutura' e 'geração de renda', considerada prioridade conforme o Plano de Etnodesenvolvimento (SÃO PAULO, 2014b). Dez famílias foram listadas como beneficiárias das ações definidas e o total de recursos destinados foi de R\$ 190.677,77 (Figura 17).

<p>Comunidade: Aldeia Itaóca Tupi</p> <p>Município: Mongaguá</p> <p>EDR: São Paulo</p> <p>Meta 1: Geração de renda com a implantação de um centro de recepção de turistas</p> <p>Prazo estimado de conclusão: 10 meses</p> <p>Meta 2: Fortalecimento da Associação com a aquisição de equipamentos de informática</p> <p>Prazo estimado de conclusão: 1 mês</p> <p>Principal efeito e/ou impacto esperado: geração de renda, fortalecimento cultural e melhoria das atividades da Associação Indígena Tapé Porã</p> <p>Valor Total: R\$ 190.677,77</p> <p>Subvenções Cati: R\$ 188.771,00</p> <p>Contrapartida da Associação: R\$ 1.906,77</p>

Figura 17. Quadro resumo do Projeto Comunitário da Aldeia Itaoca Tupi, , Mongaguá (SP), para participação do PDRS – Microbacias II.

Fonte: SÃO PAULO, 2014b.

Na descrição do projeto consta que a produção de artesanato é a principal atividade de geração de renda da comunidade e a renda familiar varia entre R\$ 200 a R\$ 400. Além disso, há quatro funcionários contratados para trabalhar na escola instalada na aldeia, onde duas professoras recebem R\$ 1200 e dois outros funcionários recebem R\$ 622 (SÃO PAULO, 2014b). Com a proximidade do centro de Mongaguá, a aldeia recebe visitas de turistas, mas não tinha um local adequado para recepcioná-los, e por isso, a atividade não gerava renda para a comunidade. O projeto descreve que ao organizar a atividade turística com a criação do centro e a capacitação dos indígenas para trabalhar nessa área a atividade poderia ser tornar uma forma de geração de renda. No entanto, também ressalva:

O turismo em Terra Indígena não pode ser entendido somente como fonte de geração de renda, mas também como uma atividade que possibilita o fortalecimento cultural e maior interação entre indígenas e não indígenas. Trata-se do aprofundamento da relação do indígena com a sua própria cultura para que possa ser explicada, demonstrada (SÃO PAULO, 2014b).

Também reconheceu-se que a associação precisava ser fortalecida por meio de equipamentos e infraestrutura como internet disponível na escola, um computador e uma impressora para realização dos trabalhos referentes à atividade turística.

Com base nessa informação foram definidas duas metas, a saber: meta 1: Geração de renda com implantação de um centro de recepção de turistas; meta 2: melhoria da infraestrutura da Associação Indígena Tapé Porã (Figura 18).

<p>Meta 1: Geração de renda com a implantação de um centro de recepção de turistas</p> <p>Prazo estimado para início dos resultados: 10 meses</p> <p>Meta 2: Melhoria da infraestrutura da Associação Indígena Tapé Porã</p> <p>Prazo estimado para o início da obtenção dos resultados: 30 dias</p> <p>Principal efeito e/ou impacto esperado: geração de renda, fortalecimento cultural e melhoria das atividades da Associação Indígena Tapé Porã</p>

Figura 18. Quadro resumo das metas do Projeto Comunitário da Aldeia Itaoca Tupi, Mongaguá (SP), para participação do PDRS – Microbacias II.

Fonte: SÃO PAULO, 2014b.

Em “Efeitos e Impactos Esperados”, item 9 do Projeto Comunitário, o centro de recepção de turistas é apontado como local para atividades culturais como apresentação de danças e exposição do artesanato, o que possibilita a organização de atividade turísticas na aldeia a serem definidas pelos indígenas com auxílio dos profissionais da área e apoio da prefeitura ao divulgar o local para roteiros escolares e para população em geral. Como a região é caracterizada por um turismo em massa que impacta a aldeia, a inserção de um projeto de turismo organizado pode atenuar os impactos negativos e ajudar a tornar o problema do turismo em massa em oportunidade para os indígenas. A estimativa de geração de renda elaborada aponta R\$ 2.000 por mês, contando com a visita de dois grupos de 50 pessoas pagando R\$ 20 e mais um adicional de R\$ 2000 com a potencialização da venda do artesanato produzido (SÃO PAULO, 2014b).

Além do quesito “geração de renda”, o projeto descreve o fortalecimento cultural com participação dos jovens da aldeia como impacto esperado e cita o turismo de base comunitária, o etnoturismo e a economia solidária como referenciais para o projeto.

Dessa forma, um dos impactos será a evolução do "turismo na aldeia", atualmente existente de forma eventual, para o "turismo de base comunitária", que requer reciprocidade entre os indígenas e sentimento de pertencimento em relação ao território. Assim, também como efeito, espera-se que a Associação Indígena Tapé Porã atue para a construção do etnoturismo e opere fundamentada nos princípios da Economia Solidária. Dessa forma, a coesão social, a geração de renda e o fortalecimento cultural são fatores de melhoria da qualidade de vida” (SÃO PAULO, 2014b).

Para a mensuração dos impactos foram descritos que seriam utilizados dados referentes à utilização do centro de recepção de turistas (número de visitantes receita bruta gerada, número de indígenas que trabalham no projeto por faixa etária e sexo), fortalecimento cultura (utilização do idioma, história e aspectos culturais da etnia, manifestação de danças e cantos e organização de festas tradicionais), a utilização dos equipamentos de informática (número de integrantes da associação que utilizam os equipamentos frequência de uso semanal e finalidade de uso). A responsabilidade da execução do projeto ficou a cargo dos membros da Associação Indígena Tape Porã. Por fim o projeto descreveu o plano de atividades de cada

meta, cronograma de ações e aquisição de materiais e contratação de serviços e cronograma de liberação de recursos (SÃO PAULO, 2014b).

Ainda no início dessa fase de construção dos projetos na região da Baixada Santista foi criada uma rede de profissionais chamada de Rede Sociotécnica que inclui os profissionais da CATI, funcionários da Funai, indígenas e demais atores que trabalhavam direta e indiretamente no programa. O objetivo da rede é que as questões que apareciam durante o processo de concepção e implantação dos projetos fossem discutidas de forma conjunta por todos os envolvidos em reuniões mensais. O entrevistado 1B afirma:

“[...] que foi um movimento muito forte porque não era discutido somente a história do Microbacias mas também temas como Economia Solidária, Turismo de Base Comunitária, política indigenista, políticas de minorias e a coisa foi crescendo” (1B).

Os profissionais da CATI iniciaram o processo de articulação e formação da rede. Para o entrevistado 6B, a CATI tem uma diversidade de profissionais muito grande e a noção de rede sociotécnica foi algo novo para os funcionários da Funai e que proporcionou trocas de saberes e funcionou como uma ferramenta e construção de saber a partir do reconhecimento da equanimidade do conhecimento, ou seja, o saber científico, técnico e profissional.

4.4. Implantação do Projeto e Rede Sociotécnica

A inauguração do Centro Comunitário na aldeia ocorreu no dia 10 de junho de 2017. Para a construção do centro, a Prefeitura de Mongaguá teve que disponibilizar um engenheiro civil que pudesse elaborar o memorial descritivo e o orçamento do projeto porque o programa não contemplava recurso para esse serviço. A entrevistada 5B, da CATI, foi uma das funcionárias que trabalhou diretamente com as aldeias para execução dos projetos comunitários na baixada santista. Ela afirma que:

“[...] no manual há uma série de procedimentos administrativos que os indígenas não têm condições de executar, nem a prefeitura. Os projetos aprovados foram feitos há muitos anos e na hora de executar teve que fazer várias adequações: os preços estavam defasados” (5B).

A entrevistada 5B afirma que teve que realizar junto com eles pesquisa de preço, compras de equipamentos, idas ao cartório, contratação de contador e que foi necessário pagar do próprio bolso alguns custos.

“Havia a necessidade da associação e para isso precisa de dinheiro. Eles não tinha nem RG, algumas certidões estavam com nome errado, a declaração de endereço é via Funai, várias burocracias” (5B).

A entrevistada 5B afirma que teve que responder a um processo administrativo dentro da CATI por realizar ações que não estavam previstas em seu papel como funcionária da CATI, mas que foram necessárias para viabilizar a implantação do programa.

“Se a gente não tomasse a frente, tivesse brigado, não teria saído o projeto, não seria executado porque eles não tem condições. Esse programa não é para índio, eles não tem condições de executar isso. No caso da aldeia Aguapeu, eles tinham renda para bancar a contrapartida, mas na Itaoca não” (5B).

4.5. Resultados, Percepções e Recomendações

Apesar da inauguração do Centro Comunitário, o turismo de base comunitária ainda não está sendo realizado conforme descrito no Projeto Comunitário.

“O que a gente faz com as escolas é pedir doação e a renda vem da venda do artesanato, não da visitação porque a gente não tem essa com essa parte do turismo bem elaborada, porque a gente ainda não teve essa capacitação, esse entendimento para poder estar cobrando dinheiro” (2B).

Até momento, o centro foi utilizado para receber visitas de alunos de escolas públicas com uma programação que inclui caminhada pela aldeia, apresentação de grupo de canto e dança, roda de conversa sobre educação dentro da aldeia, sobre a cultura, alimentação. A estruturação de um roteiro mais específico bem como do oferecimento de comidas típicas Guarani para os visitantes ainda está em processo.

O entrevistado 1B avalia que a ideia de incentivar o turismo é uma boa forma de movimentar a aldeia, porque a área tem o solo pobre e o recebimento de turistas pode ser uma das formas de subsistência. A equipe de trabalho recebeu orientações

da Universidade Estadual Paulista (UNESP) para elaborar a proposta do projeto devido também a uma preocupação com a folclorização dos indígenas.

Na visão do entrevistado 6B, também funcionário da Funai:

“[...] politicamente, acaba sendo melhor passar a realidade como ela é. O indígena é resistência, então quando você pode mostrar a realidade das comunidades favorece a luta pela terra, pela cultura em um sentido amplo. Não é só uma demonstração visual e sensorial, mas, muito mais, de conseguir mostrar a relação da comunidade indígena com a terra, a floresta, com o alimento, da importância da cultura Guarani para nossa cultura alimentar, para a proteção das áreas de proteção e unidades de conservação” (6B).

As divergências entre as duas instituições também foram apontadas pelo entrevistado 1B que conta que a estruturação do PDRS - Microbacias II mudou diversas vezes e que alguns profissionais mais ligados ao diretor da instituição tiveram uma postura mais autoritária, fechados para diálogo, mantendo o modelo de ação difusionista, enquanto outros faziam o contraponto.

A formação dos extensionistas da CATI voltada à venda de agrotóxicos também foi indicada como fato que atrapalhou um pouco a relação com os indígenas porque tinham a necessidade de colocar em práticas as ações sem entender a dinâmica própria dos indígenas.

“No caso a CATI, chegava com o projeto e dizia para fazer isso e aquilo, mas não era assim. Tinha que ter nosso tempo de sentar com a comunidade e ver se a comunidade queria fazer aquilo, se daria conta daquilo. Então a gente perdia muito tempo conversando com a comunidade porque se o projeto não desse certo poderiam dizer: eu nem quis fazer aquilo, eu fiz porque você falou que tinha esse projeto” (1B).

As entrevistadas indígenas, 2B e 3B, também afirmam que teve desconfiança por parte da burocracia e da demora do projeto. Desde quando começaram a falar do projeto até a verba ser liberada foram vários anos e por isso a comunidade não confiava. Em relação à Funai a entrevistada 2B afirma que houve uma aproximação da aldeia com a instituição porque antes se sentiam excluídos, mas perceberam que também o atendimento acontecia conforme a iniciativa deles, ou seja, do interesse da aldeia em querer fazer algo.

Para a entrevistada 3B, o projeto já mudou a comunidade, que passou a receber mais pessoas e houve mais interesse pelo artesanato, no sentido que mais pessoas da comunidade começaram a produzir para vender, já que apareceram mais pessoas para ver e comprar. Também avaliam que houve melhora da autoestima como indígena dentro da aldeia porque a comunidade passou a ter mais iniciativas naquilo que gostam e querem fazer, seja plantar ou fazer artesanato, principalmente os jovens se sentiram mais estimulados. Com a associação já formada passaram a ter mais possibilidade de captar outros projetos e com mais qualidade porque se sentem mais preparados com mais entendimento.

“Antes era muita dependência da Funai. Tudo que tinha que fazer era para perguntar para Funai. Hoje a gente já consegue elaborar um projeto sem depender tanto” (3B).

Apesar de afirmar que o programa não foi feito para “índio”, a entrevistada 5b confirma que considera que o projeto teve resultados positivos. Que as atividades contribuíram de forma significativa para a diminuição dos problemas apontados no Plano de Etnodesenvolvimento e que apesar, das dificuldades burocráticas, estava dando certo e não deviam acabar com algo que está dando certo.

Na percepção do entrevistado 1B, o grande legado que o PDRS - Microbacias II está deixando é a relação entre as duas instituições.

“Cada ator desse morava em sua caixinha, casinhas, a terá indígena era só feita para a Funai assim o órgão de agricultura do Estado era muito distante dos povos indígenas. A partir dessa questão do ponto do Microbacias a gente teve a possibilidade de fazer cursos de gestão de economia solidária, curso de turismo de base comunitária, de abrir espaço em outras feiras, ou seja, formou-se uma rede grande e hoje a gente discute diversos temas e fomos encampando outras coisas juntas” (1B).

O entrevistado 1B avalia que depois dessa movimentação, há vários indígenas fazendo faculdade, se politizando mais para saberem se defender.

“Não existe isso de cultura estatizada, está em evolução, existe uma imagem que o índio tem que estar lá de tanguinha, pelado, romântico e a Funai dando salário mínimo; até isso o pessoal acha que a Funai paga salário mínimo para índio. Há muita lenda e pouca informação sobre a questão indígena” (1B).

Para o entrevistado 6B, o PDRS - Microbacias II iniciou um processo que ainda está em andamento e que daqui a dez anos vai continuar acontecendo como processo senão ele morre. Durante o tempo de existência de uma política pública, há vários graus diferentes de domínio das comunidades.

Na avaliação do entrevistado 7B, da CATI, as premissas impostadas pelo Banco Mundial causaram uma dificuldade enorme para acessar o dinheiro que poderia ter sido interpretada como se as comunidades que não fizeram parte do programa não tivessem competência.

“Essa forma de inserção ao mercado fere a cultura indígena. Há várias exigências no projeto que não têm nenhum objetivo de fortalecer ou respeitar a cultura. Foi imposta a associação para eles terem acesso ao dinheiro mas esse não é o princípio do associativismo. As pessoas se associam em algo para fazer uma luta comum, mas ali era para pegar o dinheiro. E a gente fala que qualquer outro edital vão pedir associação. Isso para eles é um problema até hoje” (7B).

Conforme o depoimento do entrevistado 7B, o PDRS - Microbacias II é feito para não indígenas com as mesmas exigências para os indígenas, com exceção da contrapartida que era de 30% na Agricultura Familiar de 1% porque não podia colocar 0%.

“As exigências foram postas para não funcionar mesmo, não respeitava a cultura só que onde se constituiu a rede sociotécnica ou onde tiveram pessoas que pegaram isso e falaram que iam executar, vamos fazer essas caras ter acesso ao dinheiro, funcionou” (7B).

A solução encontrada para vencer os entraves postos foi o trabalho em rede onde todos aprenderiam juntos e ganhariam juntos. Problemas como mudança nas diretrizes do programa, falta de clareza nas informações, exigências como o da associação ter dois anos de funcionamento para conseguir entrar no projeto travaram o andamento das ações.

“Não era da cultura dos indígenas ter associação, como iam ter uma funcionando por dois anos? Só para mudar essa exigência foram seis meses de conversa” (7B).

Em suma, o PDRS - Microbacias II é interpretado como um fator determinante para a construção de uma rede sociotécnica na região. Ao provocar as reuniões,

permitiu uma aproximação entre a CATI e a Funai. Para os extensionistas da CATI, a rede também foi uma inovação na metodologia de trabalho.

“O grande final dessa história é ouvir o funcionário da Funai falar que depois do PDRS - Microbacias II que estabeleceu essa proximidade toda, essa cooperação, os indígenas da baixada santista hoje têm visibilidade, têm empoderamento; eles são convidados pelas universidades, eles estudam em universidades. Esse é um resultado não só do PDRS - Microbacias II, mas de uma rede que se constitui e eles puderam ser respeitados, admirados e empoderados enfim nesse processo” (7B).

O entrevistado 7B conclui em sua avaliação o PDRS – Microbacias II é um exemplo, de forma teórica, de que uma política vertical descendente, ou seja, de cima para baixo, pode ser apropriada por um grupo de atores sociais que se constitui numa rede capaz de transformar essa política vertical em relações horizontais para poder promover avanços. E o ensinamento prático do processo é que a rede tem que ser constituída por profissionais de diferentes formações para atender diferentes necessidades que vão emergir do campo técnico. São várias habilidades que são necessárias e por isso o papel do poder público é tido como fundamental nesse processo.

4.6. Considerações Finais

Os trabalhos sobre turismo em Terras Indígenas tanto no Brasil como na América Latina apontam que a demanda por fortalecimento cultural e geração de renda pode ser suprida por meio dessa atividade desde que seja organizada como turismo de base comunitária e leve em consideração meios participativos de planejamento e a auto-gestão. Os indígenas como grandes contribuidores da biodiversidade mundial têm o direito de se manter em seus territórios e realizar suas práticas culturais milenares. Nesse sentido, “enxergarem” no turismo uma ferramenta estratégica para sua sobrevivência física e cultural, mas precisam do apoio das políticas públicas para estruturarem essa atividade. A Instrução Normativa da Funai, realizada em 2015, é um avanço nesse sentido, mas as mudanças de diretores na instituição ameaçam a continuidade desses processos que buscam o fortalecimento das comunidades como base no que é proposto pelos próprios indígenas.

Nas entrevistas, além da questão da homologação das terras com pré-requisito ter causado polêmica nas conversas entre a CATI e a Funai, a obrigatoriedade de uma associação com CNPJ regularizado foi apontada com burocracia desnecessária e causadora de interferência cultural nas aldeias pelos indigenistas. Pelos relatos das indígenas entrevistadas, a criação da associação causou mudanças políticas e sociais dentro da aldeia. No entanto, essas mudanças foram vistas como positivas pelos Guarani Nhadeva. Diferente do processo da aldeia Boa Vista, a equipe de implantação contou com o apoio da assessoria de uma instituição, no caso a ICA, voltada à trabalhos com associativismo. Esse pode ser considerado um fator positivo para o sucesso de ações nesse sentido.

Outro fator diferenciado que ficou em evidência nas respostas dos funcionários públicos foi a criação e consolidação da rede sociotécnica não citada nas entrevistas como fator fundamental no caso da Aldeia Boa Vista. A metodologia de funcionamento da rede, com reuniões periódicas de atores diversos, indica que na Itioca Tupi os riscos e benefícios do projeto foram mais discutidos em relação a Aldeia Boa Vista. No entanto, a dificuldade com a burocracia não foi menor e resultou em atividades não previstas pelo programa que tiveram que ser realizadas pelos profissionais envolvidos com o projeto ao longo da implementação.

A escolha do Turismo de Base Comunitária demonstra uma preocupação real com os conceitos de etnodesenvolvimento, em que não pode ser considerado somente o viés econômico.

Se por um lado o “desenvolvimento” é visto como sinônimo de “progresso”, de “industrialização” e oposto a “pobreza”; o etnodesenvolvimento emerge como contraponto ao desenvolvimento visto apenas pelo viés econômico. O “etno” no “desenvolvimento” atribui um adjetivo ao processo que respeita as experiências históricas e os potenciais tradicionais e ambientais de cada povo e/ou comunidade indígena (AMADO, 2014).

Após quase dois anos da inauguração do centro de recepção, as atividades não estão em andamento conforme colocado no projeto, mas já apresentam resultados positivos por meio de atividades turísticas que movimentam iniciativas na aldeia. Esses resultados corroboram as pesquisas sobre turismo de base comunitária em terra indígena, que apontam para um fortalecimento cultural perceptível a partir do momento em que a produção de artesanato aumenta e mais

peças passam a se envolver com essa atividade, com as atividades culturais e também uma geração de renda, que mesmo que seja baixa tende a crescer à medida que a comunidade tenha mais formação e autonomia para desenvolver as atividades turísticas.

Segundo entrevista realizado por Lage (2018), o extensionista aposentado da CATI e responsável pela coordenação das Salvaguardas Sociais do PDRS - Microbacias II de 2008 a 2017, Sr. Abelardo Gonçalves Pinto recomenda:

O trabalho agora é garantir a continuidade dos serviços de extensão rural para as comunidades tradicionais. Com o fim do Microbacias II, é importante que a CATI organize um setor específico para isso, com adequada dotação orçamentária e de pessoal, num rearranjo interno de simples concretização. É importante também incluir as comunidades tradicionais como público beneficiário do AgriPróClima, provável sucessor do atual projeto e também nas demais políticas públicas já trabalhadas pela instituição.

Resultados positivos também são apontados em relação a uma crescente visibilidade dos indígenas na região. Apesar dos entraves burocráticos que indicam ajustes nas exigências do programa a percepção dos entrevistados é que os projetos trazem benefícios tanto para as comunidades quanto para a experiência de trabalho da CATI e da Funai que se complementaram em suas dificuldades e fortalezas. Mas a não continuidade é a preocupação geral funcionários públicos envolvidos. Percebe-se também que no nível micro as atividades foram realizadas de forma participativa e os entraves maiores aconteceram no nível mais macro do Programa.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as diferentes fases e percepções dos projetos implementados nas aldeias Boa Vista e Itaoca Tupi no âmbito da prática da extensão rural pública. Enquanto na primeira aldeia o foco foi em atividades relacionadas a produção agrícola com base em conceitos de agroecologia, na segunda, a experiência foi centrada no turismo de base comunitária como estratégia para o desenvolvimento rural e geração de renda.

Para a composição da dissertação foi realizada uma introdução com revisão bibliográfica sobre extensão rural no Brasil e seu contexto atual, e também da ATER Indígena. Em seguida, foi apresentada a Estratégia para Populações Indígenas do PDRS – Microbacias II realizada no Estado São Paulo. Para ilustrar a pesquisa, foram realizados dois estudos de caso com elementos que caracterizam ações sob a perspectiva da agroecologia e do desenvolvimento rural em terras indígenas.

Na revisão sobre extensão rural e ATER indígena, os resultados apontam que para superar os desafios da interculturalidade é necessário considerar novas qualificações para os extensionistas e a formação de redes sociotécnicas para a formulação e implementação de ações em aldeias. Outro ponto relevante é que a ineficiência na demarcação das terras indígenas impossibilita resultados mais efetivos das políticas públicas de extensão rural para povos indígenas.

No projeto de extensão rural com foco em ações de técnicas agrícolas para produção de alimento e geração de renda sob a perspectiva da agroecologia foi constatado que houve dificuldade na sustentabilidade das ações sendo a prática agroflorestal e as plantações de pupunha apontadas como uma das mais promissoras no alcance dos resultados positivos a médio e longo prazo para a segurança alimentar e geração de renda da aldeia, reforçando assim o papel da agrofloresta como instrumento de manejo adequado para ser implantado em Terras Indígenas. Nos resultados também ficaram evidentes alguns entraves para a implantação do programa como a obrigatoriedade da homologação das terras, a exigência de uma associação indígena com funcionamento regular e a burocratização que causou atraso na implementação das ações. Por fim, a aproximação da CATI com a Funai foi destacada como ponto positivo do processo.

A experiência focada na estruturação do turismo de base comunitária rural como alternativa de fortalecimento cultural e geração de renda mostra que, apesar da renda por meio da visitação ainda não ser uma realidade prática na aldeia, a construção do centro de recepção de turistas já tem movimentado iniciativas de produção de artesanato entre outras e os indígenas locais têm ganhado mais visibilidade regional, assim como apontaram os estudos citados no início do capítulo. A formação de uma rede sociotécnica proporcionou aprendizados mútuos que geraram a aproximação dos atores envolvidos. Os entraves burocráticos também prevaleceram como a maior dificuldade enfrentada e o desejo de continuidade do programa, apesar dos desafios que surgiram, também foi constatado.

Com base no contexto histórico apontado na presente dissertação, conclui-se que a ação de ATER pública estadual em São Paulo, no âmbito do PDRS - Microbacias II repete o modelo de atrelamento da ATER federal aos interesses e normas de instituições bancárias conforme ocorrido nas décadas de 50 e 60. No entanto, as redes sociotécnicas caracterizam uma inovação incorporada ao modelo implementado pela CATI.

No nível macro o programa criou regras excludentes ao não permitir a participação da maioria das aldeias devido as regras jurídicas e fundiárias. O valor destinado às comunidades tradicionais era de 5% de um total R\$ 215 milhões. No entanto, só cerca de R\$ 2 milhões, ou seja, 0,09% chegou até as comunidades indígenas. Foram 15 projetos em aldeias enquanto as comunidades quilombolas realizaram 62. Nesse sentido a obrigatoriedade da regularização jurídica das terras, exigência debatida de forma intensa nos três primeiros anos do programa a partir da consulta pública em 2008, e a burocracia complexa impediram o acesso da maioria das comunidades indígenas do Estado de São Paulo.

No nível micro, ou seja, na implementação nas aldeias, apesar das dificuldades burocráticas, o programa foi participativo respeitando desejos e vocações locais. A formação dos extensionistas sob a perspectiva do etnodesenvolvimento e da agroecologia, bem como a formação da rede sociotécnica proporcionou um avanço no portfólio de trabalho da CATI. Enquanto a aproximação com a Funai trouxe reflexões válidas para o indigenismo tradicional sobre a importância de trabalhar em atividades mais elaboradas. Da mesma forma, a CATI

empreendeu caminhos e refletiu sobre como estender sua atuação para comunidades tradicionais

De forma geral, o programa contemplou as premissas do etnodesenvolvimento, buscando integrar a geração de renda com atividades de fortalecimento cultural e social. Apesar das metas de cada projeto terem enfrentado problemas para serem alcançadas; o programa como um todo prestou serviços regulares de ATER para as comunidades indígenas. Importante ressaltar o esforço pessoal dos técnicos envolvidos com os projetos, o que indica que o perfil profissional do funcionário público influenciou diretamente nos resultados alcançados.

A continuidade do programa poderá trazer resultados ainda mais positivos a partir da experiência já adquirida tanto pelos indígenas como para os funcionários dedicado ao trabalho. Nesse sentido, a atual conjuntura de desmonte da CATI, que passou a ser chamada em 2019 de Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), e as mudanças na Funai com a entrada do governo do Partido Social Liberal (PSL) é uma ameaça ao aprimoramento de políticas públicas voltadas à extensão rural indígena.

Recomenda-se a flexibilidade na construção de programas direcionados às essas comunidades bem como orçamento que englobe gastos para adequações às exigências burocráticas e outras previstas. Também é importante considerar cada vez mais a qualificação holística dos extensionistas de forma a capacitá-los para lidar com a interculturalidade. Devido a instabilidade das políticas públicas, frente as mudanças de governo, também é importante criar mecanismos de sustentabilidade financeira para que as ações não dependam apenas de recursos públicos, mas consigam continuarem a acontecer por via de outras formas financeiras, seja por doações, ou produtos e serviços prestados que possam gerar renda para a continuidade das mesmas. Para futuras pesquisas sobre o PDRS - Microbacias II ou sobre a extensão rural indígena em geral indica-se estudar quais fatores internos e externos às comunidades dinamizam os projetos comunitários e favorecem melhorias na capacidade de autogestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, B. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: RICARDO, C. A. (Org.). **Povos indígenas no Brasil 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2000. p. 197-207

AMADO, L. H. E. **Poké'Exa Úti o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local**. Orientador: Josemar Campos Maciel. 2014. 124 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local)- Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

ALMEIDA, R. Fazer amigos, proteger territórios: conheça 5 iniciativas de turismo em Terras Indígenas. **Instituto Socioambiental** [Internet]. Desenvolvimento sustentável, jul. 2019. Disponível em: https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/fazer-amigos-protoger-territorios-conheca-5-iniciativas-de-turismo-em-terras-indigenas?utm_source=isa&utm_medium=&utm_campaign=. Acesso em: 23 jul. 2019.

ARAÚJO, A. L. O.; VERDUM, R. (Orgs.). **Experiências de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas: o desafio da interculturalidade**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, DF: NEAD / SAF, 2010. 334 p.

BAILEY, Kenneth. **Methods of social research**. New York: The Free Press, 1994.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BIANCHINI, F.; BIANCHINI, P. C. Os agentes agroflorestais indígenas do Acre. **Agriculturas**, v. 4, n. 2, p. 18-20, jul. 2007.

BIANCHINI, P. C. **Agroflorestas e agentes agroflorestais indígenas no Acre**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas, 2006.

BOLFE, E. L. **Desenvolvimento de uma metodologia para a estimativa de biomassa e de carbono em sistemas agroflorestais por meio de imagens orbitais**. Orientador: Marcos César Ferreira, Mateus Batistella. 2010. 233 f. Tese (Doutorado em Análise Ambiental Dinâmica Territorial)- Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

BRANDENBURG, A. movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 11-28, 2002.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto de 13 de Maio de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 maio 2019b. Seção 2, p. 1.

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 fev. 2007. Seção 1, p. 316.

BRASIL. Lei Nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967. Autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 dez. 1967. Seção 1, p. 12223.

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 13.844, de 18 de Junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 jun. 2019c. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Secretaria Especial de Saúde Indígena** [Internet]. Brasília: MS, 2019a. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/sesai>. Acesso em: 21 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004.

BRASIL. Portarias de 18 de Julho de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 2019d. Seção 2, p. 1.

BRITO, T. M. Turismo e povos indígenas. **Anuário da Produção Acadêmica Docente**, v. III, n. 4, p. 23-36, 2009.

BUAINAIN, A. et al. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: I. E. Unicamp/EMBRAPA, 2014.

BUENO, Y.M.; ARMANDO, M.S.; SUGASTI, J.B., Sensibilização agroflorestal na reserva indígena Krahô: o relato de uma experiência. **Revista Brasileira de Agroecologia**, vol. 2, n. 2, p. 525-528, out. 2007.

CAPORAL, F. R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991. 134 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Dis_Francisco_Caporal.pdf. Acesso em: 10 ago. 2018.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, 2004. 166 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Extensão Rural**, v. 24, n. 3, p. 70-90, set./dez., 1994.

CASTRO, A.P. et al., O etnoconhecimento agroecológico dos caboclos-ribeirinhos no manejo sustentável de sistemas agroflorestais na Amazônia Ocidental. **Revista Brasileira de Agroecologia**, vol. 2. n. 2, p. 1288-1231, out. 2007.

CHIZZOTTI A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7a ed. São Paulo: Cortez; 2005.

COLETTI, C. **A trajetória política do MST**: da crise da ditadura ao período neoliberal. Orientador: Armando Boito Junior. 2005. 299 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

COMISSÃO PRO INDIO. **Índios em São Paulo**. Disponível em: <http://cpisp.org.br/indios-em-sao-paulo/>. Acesso em: 05 mai. 2019.

COSTA, A. C. G. **Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável**: estratégia de participação das populações indígenas. São Paulo: CATI, 13 out. 2011. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/documentos-tecnicos-ane-xos-cati>. Acesso em: 10 ago. 2018.

DAROLT, M. R. **As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades**. Ponta Grossa, 2004.

DIAS, C. N. Redes de cooperação social como estratégia para a implementação de políticas públicas: o caso da PNDR. In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 5., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/3Es80.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.101-114, 2008.

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. Pnater (2004-2014): da concepção à materialização. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 107-128.

DIESEL, V. et al. Os impactos sociais dos programas de fomento florestal. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 13, p. 120-146, 2006.

DUARTE, Z. G.; MARTINS, J.; AGUILAR, R. A. S. Práticas Agroflorestais em Terras Indígenas Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul. **Cadernos de Agroecologia**, v. 9, n. 4, p. 1-5, nov. 2014.

EHLERS, E. **O que é agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2009. 92 p.

FARESIN, R.; HAAG, A. L. **O turismo rural como instrumento para o desenvolvimento sustentável no município de quilombo, SC**. Trabalho de conclusão do curso de (Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável)-Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Unochapecó. Chapecó, 2016.

FERNANDES, R. S.; SILVA, D.; MACEDO, R. L. Experiência de implantação da meliponicultura como componente agroflorestal em comunidades indígenas do Rio Içana (AM), **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 649-652, nov. 2009.

FERRARI, S. H. S. A Experiência de Assistência Técnica e Extensão Rural juntos aos Povos Indígenas: uma Visão do Gestor da Política. In: ARAUJO, A. L. O.; VERDUM, R. (Orgs). **Experiências de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas: o desafio da interculturalidade**. Brasília, DF: NEAD/SAF, 2010. p. 90-114.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Instrução normativa n. 3, de 11 de Junho de 2015. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 jun. 2015. Seção 1, p. 41.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Funai normatiza Etno e Ecoturismo em Terras Indígenas** [Internet]. FUNAI, jul. 2015. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3334-funai-normatiza-etno-e-ecoturismo-em-terras-indigenas>. Acesso em: 23 jul. 2019.

GÖTSCH, E. **Break-through in agricultura**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996. 22 p.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2013.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. Orientador: Nelson Giordano Delgado. 2012. 280 p. Tese (Doutorado em Ciências)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRÜNEWALD, R. A. **Os índios do descobrimento**: Turismo e tradição. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

GRÜNEWALD, R. A. Turismo e etnicidade. **Horiz antropol**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 141-159, out. 2003.

HESPANHOL, A. N. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características da população e dos domicílios; resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em : 25 set. 2017.

JESUS, D. L. de. A (re)tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os Kadiwéu (Mato Grosso do Sul - Brasil) e Māori (ilha norte – Nova Zelândia). In: COLOQUIO DE GEOCRÍTICA, XII., 2012, Bogotá. **Anais...** Bogotá: Universidade Nacional de Colombia, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-D-Lageano.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

LAGE, R. Microbacias II: acesso ao mercado. Critérios. Beneficiários. Resultados. **Casa da Agricultura**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 9-10, set./out./nov./dez. 2018.

LAGE, R. Microbacias II – Acesso ao Mercado: empoderamento das comunidades tradicionais. **Casa da Agricultura**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 5-8, maio/jun./jul/ago. 2018.

LEAKEY, R. Reconsiderando la definición de agroforestería. **Agroforesteria Americas**, v. 4, n. 16, p. 22-24, 1997.

LEAL, R. E. S. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 17-25, 2007.

LIMA, D. S.; CORIOLANO, L. N. Turismo comunitário em terras indígenas no estado do Acre: a experiência do festival de cultura indígena Yawanawá. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos – ABET**, Juiz de Fora, v. 5, n. 3, p. 17-25, set./dez. 2015.

LOHN, R. L. **Campos do atraso, campos modernos**: discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975). Orientador: Sérgio Shmitz. 1997. 219 p. Dissertação (Mestrado em História)- Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

LUTOSA, I. M. C.; ALMEIDA, M. G. de. Turismo em terras indígenas: auto-gestão e novo colonialismo no nordeste do Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, Número Especial EGAL, p. 1-15, 2011.

LUZZI, N. **O debate agroecológico brasileiro**: uma discussão a partir dos EBAAS e da experiência de PTA/FASE. 2007. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARTINS, F. S. R. A. Os “infelizes patrícios da selva”, a “massa anonyma” e o “pessoal civilizado”: o processo de implementação do serviço de proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais no Maranhão (1910-1918). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-17.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568 p.

MILANEZ, F. (Org.). **Memórias Sertanistas: cem anos do indigenismo no Brasil**. São Paulo: SESC, 2015. 424 p.

MORAES, M. C. de. Salvaguardas Sociais - O trabalho com comunidades tradicionais desafio, oportunidade e continuidade. **Casa da Agricultura**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 8-9, maio/jun./jul./ago. 2018.

NACIF, R. T.; BUENO, G. FUNAI - um valioso encontro entre indigenismo e extensão rural. **Casa da Agricultura**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 8-9, maio/jun./jul./ago. 2018.

NORDER, L. A. C. et al. Agroecologia em terras indígenas no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, 2019. No prelo.

NORDER, L. A. C.; RODRIGUES, D. C. A. Implementação de sistema agroflorestal demonstrativo na Terra Indígena Kaingang Apucarantina, Londrina/PR. **Cadernos de Agroecologia**, v. 2, n. 2, p. 587-589, out. 2007.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OTERO STURLINI, M.; ONO, K. Y.; SCHNEIDER, F. Os desafios impostos às agriculturas indígenas decorrentes das pressões do “mar de soja” no entorno do Território indígena do Xingu, MT. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, jul. 2018.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. 50 p.

PERACI, A. C. Apresentação. In: ARAÚJO, A. L. O.; VERDUM, R. (Orgs.). **Experiências de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas: o desafio da interculturalidade**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, DF: NEAD / SAF, 2010. p. 09-13.

PHILLIPS, Dom. **Bolsonaro pick for Funai agency horrifies indigenous leaders.** The Guardian- Support The Guardian Available for everyone, funded by readers [Internet]. Brazil. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/jul/21/bolsonaro-funai-indigenous-agency-xavier-da-silva>. Acesso em: 23 jul. 2019

PINHEIRO, C. Microbacias II - uma história de inclusão, geração de renda e emprego, gestão e muitos frutos. **Casa da Agricultura**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 5-8, set./out./nov./dez. 2018.

PINHO, R. C. **Quintais agroflorestais indígenas em área de savana (lavrado) na Terra Indígena Araçá, Roraima.** Manaus: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, Universidade Federal do Amazonas. Dissertação de Mestrado em Ciências Florestais Tropicais. 2008.

PINTO, A. G.; PINTO, D. B. G. A extensão rural e o etnodesenvolvimento da aldeia indígena Ekeruá, município de Avaí, SP. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PESQUISAS E ESTUDOS SOBRE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA, 6., 2018, Manaus. **Anais...** Manaus: UFAM, 2018.

PINTO, I. C. et al. Agrofloresta: sustentabilidade na Comunidade Indígena Assunção do Içana (Alto Rio Negro, AM). **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 546-549, nov. 2009.

PINTO, M. S. V. **Análise econômica e energética de sistema agroflorestral para implantação na terra indígena araribá - município de Avaí – SP.** Orientadora: Maristela Simões do Carmo. 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia)- Faculdade de Ciências Agrônomicas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu, 2002.

PÖRSCH, J. **Políticas públicas na construção do etnodesenvolvimento na terra indígena do Guarita – RS.** Orientadora: Rumi Regina Kubo. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)- Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PÖRSCH, J. et al. Saberes da natureza e conhecimento etnobotânico indígena: o caso da comunidade Kaingang da Terra Indígena do Guarita. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 1-9, nov. 2013.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

RODRIGUES, D. C. A. **Concepções e práticas agroflorestais na Terra Indígena Kaingang Apucarantina (Paraná)**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. 2008.

RODRIGUES, R. A.; NISHIKAWA, D. L. A condição sócio-ambiental na área indígena “Índia Vanuíre”, município de Arco-Íris, e as possibilidades de adequação agroecológica e de recuperação florestal. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, Tupã, v. 3, p. 158-170, 2007.

SALVIANI, R. **As propostas para participação dos povos indígenas no Brasil em projetos de desenvolvimento geridos pelo Banco Mundial**: um ensaio de análise crítica. 2002. 104 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)– Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLÓ, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – MICROBACIAS II – Acesso ao Mercado**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, ago. 2011a. 118 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. Projeto de desenvolvimento rural sustentável - Microbacias II: acesso ao mercado. **Acordo de Empréstimo: 7908 - BR**. Manual Operacional. São Paulo (SP): CATI; set. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). **Plano de Etnodesenvolvimento da Aldeia Tupi**. Mongaguá (SP): CATI; 2011b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). **Plano de Etnodesenvolvimento Sustentável Aldeia Boa Vista – Ubatuba – SP**. Tekoa Jaexaa Porã. Ubatuba (SP): CPI-SP; jul. 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Projeto de

desenvolvimento rural sustentável - Microbacias II: acesso ao mercado. **Projeto Comunitário de Segurança Alimentar e Geração de Renda**. Terra Indígena Tembiquai - Aldeia Boa Vista. Ubatuba (SP): CATI; jun. 2014a.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Projeto de desenvolvimento rural sustentável - Microbacias II: acesso ao mercado. **Projeto Comunitário**: geração de renda e fortalecimento cultural. Mongaguá (SP): CATI; jun. 2014b.

SCHIAVINI, F. **De longe, toda serra é azul**. Brasília: Criativa Gráfica e Editora LTDA, 2006.

SERAFIM, M. G. **Hábitos alimentares e nível de hemoglobina em crianças indígenas Guarani, menores de 5 anos, dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro**. 1997. 83 f. Dissertação– Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, N. J. R. da et al. Política pública de apoio aos indígenas: o caso do Microbacias II na aldeia Itaóca Tupi, Mongaguá/SP. In: VI Conferência Internacional de Pesquisa sobre Economia Social e Solidária - CIRIEC "Economia Social e Solidária, Sustentabilidade e Inovação: enfrentando os velhos e os novos problemas sociais." **Anais...** Manaus (AM) UFAM, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ciriec/60452-politica-publica-de-apoio-aos-indigenas--o-caso-do-microbacias-ii-na-aldeia-itaoca-tupi-mongaguasp/>. Acesso em: 30 jun. 2019.

THOMSON, C. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATTO, R. S. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos na sua conjuntura política de 2017. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 20, n. 1, p.70-93, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987..

UNITED NATIONS. **Dialogue Paper by Indigenous People, Economic and Social Council**. 2002.

VAZ, R. M. G. F. C.; NORDER, L. A. Povos indígenas, políticas públicas e extensão rural no Brasil. In: OLIVEIRA, C. M. de; COLENCI, P. L.; BRITTO, M. (Orgs.). **Novos Direitos**: direito e políticas públicas. São Carlos: CPOI/UFSCar, 2018. p. 102-121.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, n. 44, 2016.

WOLFF, L. F.; SCHWENGBER, J. E.; GOMES, G. C.; GOMES, J. C. C. **Estratégias de organização e gênero em sistemas apícolas**. Cadernos de Agroecologia, v. 10, n. 3, out. 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE A. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Projeto: **Extensão Rural Indígena no Estado de São Paulo**

Pesquisadora Responsável: Tatiane Ribeiro dos Santos

Instituição a que pertence o responsável: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Telefones para contato do Responsável: (11) 983178678 / (14) 99899-1077

Endereço: Universidade Federal de São Carlos, Rodovia Anhanguera, km 174, Araras – São Paulo.

Email: tatiris@gmail.com

Pesquisador Assistente: Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder

Endereço: Universidade Federal de São Carlos – Centro de Ciências Agrárias - Departamento de Desenvolvimento Rural Rodovia Anhanguera, Km 174, Araras – São Paulo

E-mail: luiz.norder@cca.ufscar.br

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ R.G: _____

Endereço: _____

O TCLE será apresentado a cada participante através de uma visita, na qual será apresentado o objetivo do estudo e como o mesmo será realizado.

O(A) Sr.(a) está sendo convidado (a) para participar, de livre vontade, de uma pesquisa. Após o entendimento das informações a seguir, caso aceite participar, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. A pesquisa é intitulada "Extensão Rural Indígena no

Estado de São Paulo: o caso das aldeias Boa Vista e Itaóca Tupi” onde a responsável é a aluna de mestrado Tatiane Ribeiro dos Santos e o orientador Dr. Luiz Antonio Cabello Norder da Universidade Federal de São Carlos. Abaixo estão às explicações caso aceite participar desta pesquisa:

1. O (A) Sr.(a) poderá participar de livre vontade da pesquisa, que consiste em participar de de entrevistas relacionadas ao tema da pesquisa. Mesmo que tenha assinado este documento (TCLE) poderá desistir a qualquer momento, sem nenhum problema.
2. A pesquisa está sendo realizada com autorização prévia do Cacique de cada aldeia onde o estudo será desenvolvido, tendo ocorrido o envio de solicitação contendo o Projeto de Pesquisa e o tema que será tratado nas entrevistas e rodas de conversa.
3. Por meio das entrevistas, esta pesquisa tem como objetivo analisar as concepções, formas de implantação, as percepções e impactos sociais, culturais e ambientais das atividades denominadas “Estratégia de Participação das Populações Indígenas”, dentro do Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável: Microbacias II, Acesso ao Mercado (PDRS), promovida via atuação do governo paulista na Aldeia Boa Vista e Aldeia Itaoca Tupi, localizadas nos municípios de Ubatuba e Monguaguá, respectivamente.
4. Sua participação não é obrigatória e consiste em participar das entrevistas, que gerarão dados sobre como se dá a Extensão Rura Indígena por meio das ações do Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável: Microbacias II, Acesso ao Mercado (PDRS). Os dados gerados também serão de grande importância no entendimento da realidade da população indígena no acesso a políticas e, por consequência, podem servir de base para a realização de ações que contribuam para um maior acesso das comunidades indígenas às ações do PDRS.
5. O (A) Sr.(a) poderá responder as perguntas à pesquisadora em um local reservado e não é obrigado a responder a nenhuma questão da qual não estiver à vontade.
6. A pesquisa poderá lhe causar constrangimento, ou seja, poderá ficar envergonhado por não entender alguma pergunta, mas poderá ficar á vontade para tirar qualquer dúvida.

7. Para os(as) entrevistados(as) participantes, há o risco de que a pesquisa provoque algum constrangimento ou que traga à memória do(a) entrevistado(a) alguma experiência ou situação vivenciada anteriormente que gere um novo desconforto ou sofrimento psíquico. Devido ao fato também que em algumas regiões do país há situações de ameaças e violência física e moral.

Diante destas considerações, para reduzir estes riscos, a pesquisadora responsável pela pesquisa solicita a participação única e exclusivamente de entrevistados(as) que julguem não sentir qualquer desconforto ou sofrimento psíquico em relação ao tema da pesquisa (Extensão Rural Indígena, políticas públicas e afins) e que não estejam inseridos(as) em contextos locais ou regionais nos quais as suas respostas às entrevistas possam gerar alguma ameaça (por menor que seja e de quem quer que seja) ou situação de violência física ou moral.

8. Mesmo após seu consentimento, o Sr. (a) tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente de motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

9. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração pela participação na pesquisa.

10. As informações obtidas servirão unicamente para analisar a participação e benefícios do PDRS, os responsáveis pelo estudo não falarão seu nome em nenhum momento e se comprometerão em não contar para ninguém sobre a entrevista, nem sobre sua identidade, somente suas respostas serão incluídas para os resultados da pesquisa. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

11. Em caso de dúvidas poderá procurar a mestrande Tatiane Ribeiro dos Santos no contato: (11) 983178678 ou email: tatiris@gmail.com como também o Dr. Luiz Antonio Cabello Norder no contato: (19) 3543.2582 ou email: luiz.norder@cca.ufscar.br.

12. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão institucional responsável pela avaliação e fiscalização das pesquisas realizadas com seres humanos, garantido que nenhum direito seja desrespeitado contribuindo que a pesquisa seja desenvolvida dentro dos padrões éticos. Poderei entrar em contato com o Comitê de Ética da UFSCar em caso de dúvidas ou se me sentir prejudicado de outra forma pelo telefone e endereço: Universidade Federal de São Carlos. CEP/PROPG. Rod.

Washington Luis, km 235 – Caixa Postal 676. São Carlos, SP – Brasil. CEP 13.565-905. Telefone: (16) 3351.9683 Email: cephumanos@ufscar.br e/ou com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa pelo Telefone e endereço: SEPN 510 Norte, Bloco A 3º andar, Edifício Ex-INAN Unidade 2- Ministério da Saúde, Asa Norte, DF-Brasil. CEP 70.750-521. Telefone: (61) 3315-5878 Email: conep@saude.gov.br.

13. Uma das via desse documento ficará com o entrevistado(a).

14. Todas as folhas deste documento serão rubricadas pela pesquisadora responsável, pelo Sr. (a) e/ou pela pessoa responsável por Sr.(a) (se for o caso), e as assinaturas completas estarão na última folha deste documento.

15. Nenhuma informação ou opinião pessoal será divulgada de forma a possibilitar a identificação dos entrevistados. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada e será apresentada pela pesquisadora nas comunidades indígenas que participaram da pesquisa, a fim de contribuir para avaliação do programa e buscar soluções para superar as dificuldades no acesso ao PDRS.

Eu, _____

abaixo assinado, concordo em participar do estudo "Extensão Rural Indígena no Estado de São Paulo: o caso das aldeias Boa Vista e Itaóca Tupi", como participante. Fui informado(a) de forma clara pela pesquisadora sobre a pesquisa, como ela será realizada, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que eu seja prejudicado(a).



Impressão datilográfica

Assinatura do entrevistado (a) ou impressão digital

Eu, Tatiane Ribeiro dos Santos, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante e/ou responsável.

Responsável pela pesquisa

Município, dia/Mês/ano

ANEXO

ANEXO A. Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Extensão Rural Indígena no Estado de São Paulo: o caso das aldeias Boa Vista e Itaóca Tupi

Pesquisador: TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS

Área Temática: Estudos com populações indígenas;

Versão: 5

CAAE: 76493417.7.0000.5504

Instituição Proponente: Centro de Ciências Agrárias

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.735.983

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram copiadas do parecer pendente nº 2.693.754 emitido pela Conep em 05/06/2018.

INTRODUÇÃO

De acordo com o IBGE (2010), a população indígena brasileira foi estimada em 896.917 mil pessoas, o que representa 0,4% da população brasileira, das quais 517.383 residiam em terras indígenas e 379.534 residiam fora dessas terras nas cinco regiões do país, em diferentes proporções. No Estado de São Paulo, as estimativas dessa população apresentam números divergentes, conforme a instituição de pesquisa. Para a Fundação Nacional do Índio (Funai), há 2.716 pessoas; já a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) afirma que atende a 6.578 pessoas; o Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo estima um total de 5.649 pessoas; pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), com base nos dados do Censo Demográfico Nacional de 2000, estima essa população em 4.946 pessoas em áreas rurais e 58.842 em áreas urbanas – isto é, 0,2% da população rural e da população urbana do Estado (COSTA, 2011). Historicamente, os povos indígenas do Brasil sofreram grandes agressões que levaram muitas etnias à extinção ou ao declínio acentuado. Marcada por conflitos e pela imposição sociocultural, a realidade desses povos ainda é complexa diante das De acordo com o IBGE (2010),

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-049

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.735.983

a população indígena brasileira foi estimada em 896.917 mil pessoas, o que representa 0,4% da população brasileira, das quais 517.383 residiam em terras indígenas e 379.534 residiam fora dessas terras nas cinco regiões do país, em diferentes proporções. No Estado de São Paulo, as estimativas dessa população apresentam números divergentes, conforme a instituição de pesquisa. Para a Fundação Nacional do Índio (Funai), há 2.716 pessoas; já a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) afirma que atende a 6.578 pessoas; o Conselho Estadual dos Povos Indígenas de São Paulo estima um total de 5.649 pessoas; pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), com base nos dados do Censo Demográfico Nacional de 2000, estima essa população em 4.946 pessoas em áreas rurais e 58.842 em áreas urbanas – isto é, 0,2% da população rural e da população urbana do Estado (COSTA, 2011). Historicamente, os povos indígenas do Brasil sofreram grandes agressões que levaram muitas etnias à extinção ou ao declínio acentuado. Marcada por conflitos e pela imposição sociocultural, a realidade desses povos ainda é complexa diante das Paulo (COSTA, 2011). As áreas priorizadas pelo PDRS são as regiões com maior vulnerabilidade social, baixo rendimento econômico e degradação ambiental. A estratégia do programa envolve prestação de assistência técnica e a concessão de incentivos financeiros para aumentar a produtividade das terras dos agricultores familiares, incluí-los em cadeias de geração de valor, fortalecer as capacidades organizacionais e administrativas das entidades que os representam e ainda disseminar práticas sustentáveis de manejo de água e solos. Dentro desse contexto, para atender aos povos indígenas foi criada a “Estratégia Para Participação das Populações Indígenas”, que visa, além dos benefícios anteriormente citados, reverter os processos de empobrecimento e insegurança alimentar aos quais estão expostos, de modo a gerar alternativas de renda e atividades produtivas viáveis e culturalmente adequadas. A Terra indígena (TI) de Itaóca, localizada no município de Mongaguá, conforme dados da Funai, é uma terra declarada, tradicionalmente habitada pela etnia Guarani Mbya, que fala Tupi-Guarani e possui 533 hectares. Sua jurisdição legal é categorizada como domínio da Mata Atlântica. O IBGE contabilizou em 2010 que 89 pessoas vivem nessa TI; já a Funai da regional Litoral Sudeste estima um total de 90 pessoas. Em 1998, a Funai de Bauru declarou que existiam 199 pessoas vivendo nessa aldeia. Dentro da Aldeia Itaóca Tupi, localizada nessa terra, a Cati desenvolve o Projeto Comunitário de Geração de Renda e Fortalecimento Cultural por meio de atividades turísticas. O outro locus dessa pesquisa, a Terra indígena Boa Vista Sertão do Pro mirim, localizada no município de Ubatuba, conforme os dados da Funai é regularizada, habitada pela etnia Guarani, que fala Tupi-Guarani, e possui 906,3886 hectares. Sua jurisdição legal também é categorizada como domínio da Mata Atlântica. O IBGE contabilizou em 2010 que 156 pessoas vivem nessa TI; já

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-049

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.735.983

a Funai da regional Litoral Sudeste estima um total de 162 pessoas. Desde 2014 a Cati desenvolve na Aldeia Boa Vista o Projeto Comunitário de Segurança Alimentar e Geração de Renda com implantação de agrofloresta. NoGTC Amazônia (Grupo Técnico de coordenação para a Amazônia Legal), na publicação "Manual Indígena de Ecoturismo" (2007), está especificado que "o ecoturismo pode ser uma alternativa econômica viável com objetivos diretos e indiretos para comunidades indígenas envolvidas". Mauro (2007), em um estudo realizado sobre o turismo na Reserva Pataxó da Jaqueira, ressalta que a atividade também pode trazer impactos negativos conforme a disposição de diversos fatores. Os sistemas agroflorestais em terras indígenas também tem sido objeto de estudo de autores como Pinto (2002), que demonstra que os sistemas agroflorestais como sistemas ecológicos são mais assimilados pelas comunidades tradicionais. Coomes e Burt (1997 apud Pinto, 2002) também identificaram indígenas que trabalham com esses sistemas. A avaliação dos serviços de extensão rural prestados no país, de forma a analisar os resultados das iniciativas governamentais, como, por exemplo, os estudos baseados em indicadores, é ainda bastante restrita (NORDER e VENTURA, 2017). No Brasil, onde existem mais de trezentas etnias, entre outros grupos denominados como comunidades tradicionais, é também desafiador a tarefa de expressar as várias faces e percepções desses povos frente a ações como essas mas o trabalho pode trazer o aprofundamento de estudos que poderão contribuir com o desenvolvimento sustentável dessas comunidades (MORAES et al., 2017). Com isso, torna-se importante ampliar os estudos de análise das concepções, formas de implantação, as percepções sociais dos técnicos e das lideranças das comunidades sobre as políticas públicas do Estado de São Paulo e impactos dessas ações no contexto da extensão rural indígena paulista, visto a importância de obter mais informações aprofundadas e sistematizadas sobre o assunto; assim, será possível levantar elementos novos e percepções diferenciadas sobre a realidade dos povos indígenas no território paulista e os desafios do desenvolvimento das políticas públicas do Estado.

HIPÓTESE

A extensão rural indígena é considerada como uma ação importante dentro do desafio prioritário relacionado à promoção dos direitos dos povos indígenas, conforme a Declaração das Nações Unidas aprovada em 2007. O Estado de São Paulo tem realizado ações com subsídios do Banco Mundial em terras indígenas demarcadas. O presente trabalho busca analisar as concepções, formas de implantação, percepções e impactos sociais, culturais e ambientais das atividades denominadas "Estratégia de Participação das Populações Indígenas", dentro do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável. A hipótese é que as ações de extensão promovam alternativas

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-049
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.735.983

e inovações com o objetivo de geração de emprego e renda, atendendo assim a uma demanda da população. Ao mesmo tempo são estabelecidas novas relações entre os atores, assim como novas relações inter étnicas e novas relações no interior da comunidade.

METODOLOGIA

O trabalho será desenvolvido a partir da pesquisa qualitativa, com um conjunto de informações básicas relacionadas à execução do programa na Aldeia Itaóca Tupi e na Aldeia Boa Vista considerando os arranjos institucionais do programa e a distinção deles na implantação em cada aldeia. De acordo com pesquisadores, as pesquisas de campo com estudo exploratório-descritivo são úteis para analisar determinado fenômeno de forma fornecer uma compreensão de diversos aspectos de uma realidade social local específica. Afim de analisar a operacionalização, organização e interação dos atores para a implantação dos programas nas comunidades, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os atores diretamente envolvidos com as ações da Extensão Rural e com a população indígena local, especialmente suas lideranças. A técnica da entrevista é que a apresenta a maior flexibilidade. Também será utilizada a metodologia de Roda de Conversa, visando-se uma maneira menos formal e facilitadora para uma maior participação e interação entre os entrevistados, podendo assim levar a um maior aprofundamento, confiabilidade e publicidade nas temáticas abordadas no estudo. Ademais, os dados coletados em entrevistas serão complementados por informações da observação direta junto aos atores envolvidos na implantação das políticas públicas e informações coletadas em organizações como Funai, Conab(Companhia Nacional de Abastecimento), Prefeituras, Cati, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, entre outros.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO

Este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar as concepções, formas de implantação, as percepções e impactos sociais, culturais e ambientais das atividades denominadas “Estratégia de Participação das Populações Indígenas”, dentro do Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável: Microbacias II, Acesso ao Mercado (PDRS), promovida via atuação do governo paulista na Aldeia Boa Vista e Aldeia Itaoca Tupi, localizadas nos municípios de Ubatuba e Mongaguá, respectivamente, onde na primeira é desenvolvido um projeto de geração de renda e segurança alimentar por meio da implantação da agrofloresta e na segunda o projeto de geração de renda é centrado no desenvolvimento do turismo dentro da aldeia. O termo “percepção” citado como objetivo de análise da pesquisa está relacionado ao ato de perceber, onde é desencadeado uma

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-049

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.735.983

reação em relação a um estímulo exterior, e também ao juízo de valor que é dado ao objeto percebido.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

Desencadeia-se como objetivos específicos deste projeto de pesquisa:

1. Analisar as concepções das atividades denominadas “Estratégia de Participação das Populações Indígenas”, dentro do Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável: Microbacias II, Acesso ao Mercado (PDRS);
2. Identificar os mecanismos de implantação e execução dessas atividades;
3. Analisar o desenvolvimento do Projeto Comunitário de Segurança Alimentar e Geração de Renda na Aldeia Boa Vista onde foi implantado sistemas agroflorestais de produção agrícola;
4. Analisar o Projeto Comunitário de Geração de Renda e Fortalecimento da Aldeia Itaóca Tupi centrado nas atividades de turismo;
5. Avaliar as percepções da população indígena, agentes públicos e demais atores sociais em relação às concepções, implementação e impactos sociais, culturais e ambientais gerados nas comunidades indígenas;
6. Analisar as formas de diálogo intercultural entre povos indígenas, governos e sociedade civil.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Por se tratar de uma cultura diferente daquela da pesquisadora, pode ocorrer de alguma forma uma agressão a tal cultura. Por serem culturas distintas a se relacionar, algumas perguntas podem não ser bem compreendidas e/ou serem mal interpretadas pela comunidade. Há também o risco de que a pesquisa provoque algum constrangimento ou que traga à memória do entrevistado alguma experiência ou situação vivenciada anteriormente, o que poderia gerar um novo desconforto ou sofrimento psíquico, devido ao fato de que em diversas regiões do país há situações de ameaças e violência física e moral a comunidades indígenas. Diante destas considerações, para reduzir estes riscos, a pesquisadora responsável pela pesquisa solicita a participação única e exclusivamente de entrevistados que julguem não sentir qualquer desconforto ou sofrimento psíquico em relação ao tema da pesquisa e que não estejam inseridos em contextos locais ou regionais nos quais as suas respostas a um questionário possam gerar alguma ameaça (por menor que seja e de quem quer que seja) ou situação de violência física ou moral. Neste sentido, os entrevistados serão claramente informados sobre os objetivos e a metodologia da pesquisa através de explicação verbal e da apresentação do Termo de Consentimento Livre e

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-049

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.735.983

Esclarecido apresentado a seguir.

BENEFÍCIOS

O conhecimento sobre a realidade indígena de algumas aldeias sobre implantação do Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável: Microbacias II, Acesso ao Mercado (PDRS) nas comunidades indígenas poderá contribuir para futuras melhorias do mesmo e um maior e fortalecimento das comunidades indígenas, bem como para o aprimoramento das concepções e formas de implementação de futuras políticas públicas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de Mestrado da aluna Tatiane Ribeiro dos Santos sob orientação do professor Dr. Luiz Antonio Cabello Norder da Universidade Federal de São Carlos. O CEP emitiu parecer nº 2.281.606 de aprovado (18/09/2017), encaminhando o projeto para a Conep por se enquadrar na área temática "Estudos com Populações Indígenas". A pesquisa terá caráter observacional, a fim de avaliar as concepções, formas de implantação, comunicação, as percepções e impactos sociais, culturais e ambientais das atividades denominadas "Estratégia de Participação das Populações Indígenas", realizadas no âmbito do Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável: Microbacias II, Acesso ao Mercado (PDRS), sob responsabilidade da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati) no qual são contempladas as ações de extensão rural para as populações indígenas no Estado de São Paulo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise de resposta ao parecer pendente nº 2.693.754 emitido pela Conep em 05/06/2018, em que o item "3" foi considerado não atendido:

1. Quanto ao documento "TCLE.docx":

1.1. Na página 3 de 4, lê-se: "11. Uma das via desse documento ficará com o entrevistado (a)". Essa informação já consta na primeira página. Solicita-se a retirada deste trecho.

RESPOSTA: Foi anexado um novo documento em Word que possibilita o uso dos recursos "copiar e

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-049
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.735.983

colar" no dia 23 de fevereiro de 2018. O nome do documento é "CoordenadorFunailtaocaTupi.doc.

ANÁLISE: PENDÊNCIA NÃO ATENDIDA. Aparentemente a pesquisadora não teve acesso ao parecer consubstanciado uma vez que a pendência não foi adequadamente respondida.

RESPOSTA: O novo documento TCLE anexado na data de 2 de maio de 2018 cumpre a exigência relatada acima.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

1.2. Solicita-se numerar as páginas corretamente, pois o documento tem 4 páginas, mas a numeração está como se tivesse 3.

RESPOSTA: Foi anexado um novo documento em Word que possibilita o uso dos recursos "copiar e colar" no dia 23 de fevereiro de 2018. O nome do documento é "CoordenadorFunaiBoaVista.doc.

ANÁLISE: PENDÊNCIA NÃO ATENDIDA. Aparentemente a pesquisadora não teve acesso ao parecer consubstanciado uma vez que a pendência não foi adequadamente respondida.

RESPOSTA: O novo documento TCLE anexado na data de 2 de maio de 2018 cumpre a exigência relatada acima.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

2. No que se refere ao documento "FolhadeRostoassinada.pdf", página 1 de 1, lê-se: "Número de Participantes de Pesquisa: 360", no entanto os demais documentos do protocolo identificam uma amostragem divergente. Considerando que as informações constantes no preenchimento da Plataforma Brasil devem ser condizentes, em seu conteúdo, com os documentos postados no protocolo de pesquisa, solicita-se adequação na totalidade dos documentos postados.

RESPOSTA: Foi anexado um novo documento em Word que possibilita o uso dos recursos "copiar e colar" no dia 23 de fevereiro de 2018. O nome do documento é "CoordenadorCaciqueltaocaTupi.doc.

ANÁLISE: PENDÊNCIA NÃO ATENDIDA. Aparentemente a pesquisadora não teve acesso ao parecer consubstanciado uma vez que a pendência não foi adequadamente respondida.

RESPOSTA: O novo documento anexado "FolhaDeRostoAssinada.pdf" cumpre a adequação solicitada.

Assim como as informações preenchidas nas outras áreas da Plataforma Brasil.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte

CEP: 70.719-049

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.735.983

3. No que se refere ao documento "Projeto_de_Pesquisa_vf.pdf", a Norma Operacional 001/2013 CNS prevê que o "projeto de pesquisa é o documento fundamental para que o Sistema CEP-CONEP possa proceder a análise ética da proposta, devendo ser formulado pelo pesquisador" e todos os protocolos devem conter obrigatoriamente: "Método a ser utilizado: descrição detalhada dos métodos e procedimentos justificados com base em fundamentação científica; a descrição da forma de abordagem ou plano de recrutamento dos possíveis indivíduos participantes, os métodos que afetem diretamente ou indiretamente os participantes da pesquisa, e que possam, de fato, ser significativos para a análise ética", incluindo-se aqui o instrumento de pesquisa a ser aplicado junto aos participantes. Solicita-se que seja incluído o instrumento a ser utilizado.

RESPOSTA: Foi anexado um novo documento em Word que possibilita o uso dos recursos "copiar e colar" no dia 23 de fevereiro de 2018. O nome do documento é TermoCaciqueBoaVista.doc".

ANÁLISE: PENDÊNCIA NÃO ATENDIDA. Aparentemente a pesquisadora não teve acesso ao parecer substanciado uma vez que a pendência não foi adequadamente respondida.

RESPOSTA: Foi anexado um novo documento intitulado "ProjetoDePesquisa.doc" com as determinações corrigidas na parte de metodologia. Como também foi anexado um novo documento chamado "RoteiroDeEntrevista" que caracteriza o instrumento de pesquisa a ser utilizado em campo conforme solicitado. As correções também foram aplicadas nas outras áreas da Plataforma Brasil onde são exigidas as mesmas informações.

ANÁLISE: PENDÊNCIA NÃO ATENDIDA. Não consta em nenhum dos documentos citados o roteiro de entrevista solicitado. Solicita-se adequação.

RESPOSTA: Foi anexado na data de hoje (08/06/2018) um novo documento intitulado "RoteiroDeEntrevista.docx" que caracteriza o instrumento de pesquisa a ser utilizado em campo conforme solicitado. As adequações constam também no documento "ProjetoDePesquisaNovo.doc" anexado no dia 02/05/2018. As correções também foram aplicadas nas outras áreas da Plataforma Brasil onde são exigidas as mesmas informações.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-049
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.735.983

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_977141.pdf	08/06/2018 15:19:45		Aceito
Parecer Anterior	CartaResposta08_6_18.docx	08/06/2018 15:18:46	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
Outros	RoteiroDeEntrevista.docx	08/06/2018 15:18:10	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
Parecer Anterior	CartaResposta2_3_18.docx	02/05/2018 19:19:29	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDePesquisaNovo.doc	02/05/2018 19:19:05	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	02/05/2018 19:17:07	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	02/05/2018 19:15:58	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
Outros	AutorizacaodeingressoemTIPessoaFisica0434679.docx	28/02/2018 14:38:02	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
Outros	TermoCaciqueBoaVista.doc	23/02/2018 18:24:18	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
Outros	TermoCaciqueltaocaTupi.doc	23/02/2018 18:23:49	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
Outros	CoordenadorFunaiBoaVista.docx	23/02/2018 18:23:17	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
Outros	CoordenadorFunailtaocaTupi.doc	23/02/2018 18:21:44	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
Outros	CoordenadorFunailtaocaTupi.pdf	01/09/2017 16:00:05	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
Outros	CoordenadorFunaiBoaVista.pdf	01/09/2017 15:59:01	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
Outros	TermoCaciqueltaocaTupi.pdf	01/09/2017 15:58:11	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito
Outros	TermoCaciqueBoaVista.pdf	01/09/2017 15:57:27	TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-049
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 2.735.983

BRASILIA, 26 de Junho de 2018

Assinado por:
Jorge Alves de Almeida Venancio
(Coordenador)

Endereço: SRNTV 701, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-049
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br